Memórias de outros tempos
A Pide era estúpida e má

Exercício de 2003
Relatório e Contas da A25A

A25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 74 ■ Janeiro – Março 2004

LUSA – Alfredo Cunha

25 AbRil 1974
30 Anos

cartas de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. O Referencial reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Para os Capitães de Abril, nossos amigos

NASCI NO MEIO de uma família opositora ao regime de Salazar. Vi a PIDE invadir e devassar a casa de meus avós. Visitei, no dia da minha primeira Comunhão! um tio meu preso na Rua do Herosmo, no Porto. Conheci então melhor o sofrimento das pessoas que pensavam de forma diferente. Escondemos muitas vezes, nas nossas casas, homens perseguidos por motivos políticos. E ninguém da família pertencia ao Partido Comunista.

Sou membro, não militar, da Associação 25 de Abril. Sou um incondicional admirador dos Capitães de Abril. De todos. Porque eles nos deram tudo o que podiam dar. Porque eles arriscaram num dia tudo o que podiam arriscar.

Poderiam ter recusado aquele dia e optar por uma carreira tranquila, estudando as promoções e fazendo contas ao tempo de serviço e aumento do ordenado. Não o fizeram: arriscaram a carreira.

Poderiam ter, nesse dia, ficado em casa no conforto da família, vendo TV e falando das coisas da vida. Não o fizeram: arriscaram a família.

Poderiam ter pensado que não valeria a pena a aventura, correr o risco de enfrentar um bala perdida que lhes varasse o coração. Não o fizeram: arriscaram a vida.

Por nós e pela sua Pátria arriscaram tudo o que tinham para arriscar. E não pediram nada.

Os seus detractores, e são infelizmente muitos, podem agora acusá-los do que quiserem. Dizer que foi tudo uma questão de carreira e que eles, os Capitães, agiram no seu próprio interesse. Não é verdade. Não se derruba um governo ou, o que é mais, uma ditadura, por uma questão de promoções. Mas mesmo que fosse,

não é verdade que todos os motivos são bons para libertar um povo das garras dum regime ditatorial? Não fora o general Humberto Delgado um servidor do regime? Quem fala disso agora? Todos o reconhecem agora como um herói que foi, talvez porque não levou a sua Revolução avante...

Os Capitães tiveram esse sucesso. Será isso que assusta os seus detractores.

Na verdade aqueles que agora procuram esquecer a Revolução – fala-se de "evolução"! – parece não estarem interessados na História. "A revolução já não diz nada ás camadas jovens", escreve-se. Infelizmente é um tanto verdade. Mas deveria dizer. E se não diz é, exactamente, porque não se quer.

Agora que se comemoram trinta anos da Revolução de Abril, é mais uma oportunidade para se explicar aos jovens o significado desse importante e glorioso momento histórico. Uma oportunidade que se não deve perder. Para que todos saibam que foram os que a fizeram que ficaram na História e não aqueles que a não queriam ou não querem.

Leitor identificado
Lisboa

Abril com "R"

Trinta anos depois querem tirar o r
se puderem vai a cedilha e o til
trinta anos depois alguém que berre
r de revolução r de Abril
r até de porra r vezes dois
r de renascer trinta anos depois
Trinta anos depois ainda nos resta
da liberdade o l mas qualquer dia
democracia fica sem o d.
Alguém que faça um f para a festa
alguém que venha perguntar porquê
e traga um grande p de poesia.
Trinta anos depois a vida é tua
agarra as letras todas e com elas
escreve a palavra amor
(onde somos sempre dois)
escreve a palavra amor em cada rua
e então verás de novo as caravelas
a passar por aqui: trinta anos depois.

Manuel Alegre

editorial

25 de Abril 30 Anos

Revolução, Evolução, Involução

As comemorações oficiais do 30.º aniversário do 25 de Abril nasceram ensombradas pela frase promocional que se confunde com um *slogan* de campanha partidária. De facto, pretender que "Abril é evolução" inscreve-se na linha de alguns que há tempos chegaram a sustentar que o 25 de Abril apenas interrompeu a normal evolução para a democracia que a "primavera marcelista" ensaiara.

É uma tese insustentável e perversa.

Ainda que se acredite na boa-fé liberalizante de Marcello Caetano é ele próprio que reconhece, no seu livro *Depoimento* e nas confidências a Freitas do Amaral que este cita no seu livro de memórias, que não conseguiu romper os bloqueios do próprio regime. A guerra colonial, que no início da década de 60 fora instrumento da sobrevivência da ditadura, impediu no princípio da de 70 a sua auto-regeneração. A guerra colonial exigia a supressão da liberdade e sem liberdade nunca haveria evolução para a democracia. A pretendida liberalização ficou-se por tímidas alterações semânticas. De União Nacional a Acção Nacional Popular mas continuando como partido único. De PIDE a DGS sem deixar de ser o braço repressivo que mantinha as cadeias cheias de presos políticos. Da censura ao exame prévio mantendo a privação da liberdade de informação e expressão.

Quando a ala liberal rompeu com Marcello Caetano, que se tornara refém dos ultras, o seu desencanto foi bem expresso nas palavras de uma das suas figuras mais respeitadas, Miller Guerra, no seu discurso de resignação da Assembleia Nacional, que cito de memória: *Finalmente tive de concluir que este regime não é susceptível de se reformar por dentro*.

O 25 de Abril foi um golpe de estado militar seguido de um processo revolucionário que pode, ou não, ter configurado uma revolução. De qualquer forma foi uma ruptura violenta porque, como disse John Kennedy, *Os que tornam impossível uma evolução pacífica tornam inevitável uma revolução*. O actual regime democrático português é resultado dessa ruptura e não de uma qualquer evolução.

Poderão alguns argumentar que se a evolução se tivesse processado a situação não seria hoje muito diferente. Mas essa é outra questão, que entra no campo dos "se" para os quais não há lugar na história. E, nesta perspectiva, a situação actual será produto duma involução que, por definição é regressão, o inverso da evolução. Involução que se inscreve no processo contra-revolucionário que muitas vezes subverteu o espírito e a substância da Constituição de 1976.

A efeméride cujos 30 anos se comemoram é a da ruptura revolucionária de 25 de Abril de 1974 e não a recuperação serôdia de uma pretensa evolução frustrada.

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR, II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Amim Chaar (Porto)

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Mensagem

Foi há 30 anos. A Liberdade saiu à rua. Foi o tempo de todos os sonhos, de todas as lutas. Foi o tempo da renovação da sociedade portuguesa, da concretização dos desejos. Foi o tempo do fim da guerra e da construção da paz.

Estes foram 30 anos estimulantes de transformação de um país rural, retrógrado, conservador, ditatorial, pluricontinental, num Portugal livre, democrático e membro de pleno direito da comunidade internacional.

Ao olhar para trás, os que protagonizaram a liberdade ter-se-ão sentido realizados. Abriram as portas e o país soube corresponder.

Desenvolveu-se; libertou-se do isolacionismo e juntou-se à Europa mais moderna; contribuiu para a independência dos novos países lusófonos; implementou a democracia, a liberdade de imprensa, o Estado de direito, o poder autárquico democrático, a separação de poderes, o respeito pelos direitos do Homem e do ambiente; homens e mulheres ganharam estatutos de igualdade de direitos e deveres; os trabalhadores conquistaram um estado social; a educação, a habitação, a saúde e o trabalho passaram a constituir direitos universais constitucionalmente defendidos; liberalizou-se o divórcio; garantiu-se o acesso e o direito de escolha no planeamento familiar; ganhou-se direito de liberdade religiosa.

Desenvolveu-se uma impressionante rede de infra-estruturas de comunicação rodoviárias e de telecomunicações fixas e móveis; melhoraram-se as infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e ferroviárias.

Os números da alfabetização e a escolaridade obrigatória subiram vertiginosamente, enquanto a mortalidade infantil descia para números de países desenvolvidos.

Portugal deixou de ser apenas um país exportador de mão-de-obra, para acolher centenas de milhar de pessoas que aqui buscam bem-estar para si e para os seus.

Tudo isto, todas estas transformações, conseguidas num assinalável clima de paz social, de civismo e de razoável respeito pelos valores mais nobres da nossa civilização.

Porquê, então, um crescente desânimo que se vem apoderando dos Portugueses, um cada vez maior desconsolo com o estado de coisas, que vivemos no dia a dia?

Porquê a sensação crescente de que, afinal não terá valido a pena?

Certamente, porque ao que faltará ainda alcançar, se vem juntando uma clamorosa deturpação dos resultados da prática democrática.

Faltará que o exercício da cidadania seja pleno e mais alargado; faltará que a justiça e a saúde sejam efectivamente céleres e eficazes. Faltará que o trabalho, a educação e a cultura sejam universais. Faltará o civismo que diminua a violência nas estradas, a cultura de rigor e seriedade que impeça as pontes de caír. Faltará que o desenvolvimento do território seja universal e menos desiquilibrado do que é hoje. Faltará criar condições de atracção para as nossas elites académicas que continuam a contribuir para o desenvolvimento dos outros porque, entre nós, todas as portas lhe foram vedadas. Faltará modernizar a administração pública, modernizar as empresas, recuperar e valorizar o património construído e ambiental. Faltará limpar as chagas da violência sobre os mais frágeis, como o trabalho infantil,a violência doméstica ou a exploração dos imigrantes.

Estas faltas só serão, no entanto, colmatadas se todos usarmos o nosso direito de cidadania, ocuparmos o lugar que nos pertence e não esperarmos que outros o façam por nós.

Não podemos deixar que nos substituam nem que alguém assuma as nossas responsabilidades. Temos todos que participar, opinar, contribuir.

Temos que acreditar em nós, para nos orgulharmos do que somos capazes de fazer. Temos que fazer da política a prática da boa condução do povo; dos governos, o melhor dos melhores; da soberania dos cidadãos, a base do poder.

Não vale a pena culpar os outros pelas situações que lamentamos.

Não vale a pena incriminar os outros pela reprodução de situações de profundas injustiças sociais e de grupos excluídos; pela criação de novos caudilhismos locais e regionais, de contra-poderes perversos no campo económico e dos mass media; pelo reaparecimento do velho estado caduco, burocrático e ineficiente, ainda que procurando cobrir-se de novas roupagens; pela reintrodução de Portugal numa guerra agressora, que não responde ao flagelo do terrorismo e se transforma, ela própria, num outro tipo de terrorismo.

Se cada dia, todos nos tornarmos mais conhecedores, mais cultos, mais participantes, mais exigentes, mais empenhados, mais determinados, estaremos a assumir o nosso papel de cidadãos e a cumprir o nosso compromisso, inalienável, com a liberdade que transportamos.

Com todos, sem exclusões nem auto-isolamentos, é que pode construir-se uma sociedade melhor. Será um empenhamento longo, árduo, cheio de escolhos. Mas será, no fundo, a justificação da vida, da cidadania, da razão de ser.

30 anos depois do 25 de Abril esperamos, com ansiedade, o despertar da juventude de cada tempo, para continuar o que então iciámos. Com coragem, dignidade e generosidade. Com a persistência da sua vontade. Com o triunfo da sua inteligência e da sua capacidade. É um trabalho que nunca termina. Que não admitirá cansaços nem desistências. Que criará novos desafios, que exigirá adaptações e renovadas formas de participação. Mas cujo triunfo se medirá pelos pequenos triunfos do dia-a-dia, de cada um de nós.

Ficaremos então, nós os que somos do 25 de Abril, orgulhosos do que tivemos oportunidade de fazer. Porque os nossos filhos e netos, todos os jovens dos novos tempos, compreenderam o papel que têm que desempenhar.

Viva o 25 de Abril.

Lisboa, Abril de 2004 ■

Hoje é Abril! Mesmo com chuva e misérias, angústias ou agonias, é Abril
E é assim que deve ser. Lembrei-me de todos vós, porque é Abril.
Aqui vos deixo - num ritual de efemérides - o que a chuva deste Abril me sugeriu.
Deve ser dito em voz alta e com algum arrebatamento.
Não se esqueçam de respirar, que o vento far-se-á de feição.

Abril é um rio

E era um rio
Em Abril
Que fluía pelas ruas da cidade
Em dia de céu cinzento
Iluminado
Pelas cores da liberdade
E ela tinha tantas cores
Tantas cores como a vontade
E cruzava esse arco íris
As ruas dessa cidade
Contra velhas opressões
Decrépitas tiranias
Negrumes de solidão
Havia azuis de revolta
Amarelos de saudade
O verde cobria as fardas
De gritos de liberdade
Faziam-se todas elas
A cor de ser solidário

E ouvia-se uma voz
Uma só nem era mais
Era o vermelho dos cravos
Dos cravos das espingardas
Mas eram cravos vermelhos
Nas mãos dos velhos
Dos moços
Das mulheres
Da liberdade
Era um grito em uníssono
Pelas ruas da cidade
Era um anúncio
Um pulsar
E tantas eram as vozes
A darem voz a tal grito
Que o rio nem foi para o mar
Veio o Sol rasgar as nuvens
E o vento também nos trouxe
Moldada em brisa da tarde

A alegria de haver
Um tempo por inventar
...
Hoje chove neste Abril
Há tempos feitos de angústia
Negrumes de solidão
Mas vem intensa uma brisa
Que nos traz ao fim da tarde
Um arco-íris de esperança
Que do vermelho dos cravos
Dos cravos das espingardas
Do saber ser solidário
Volta a fazer deste Abril
Um rio que vai para o mar
Um rio feito em Abril
Corrente de liberdade.

Jorge Castro
25 de Abril de 2003

A História que passa à nossa porta

DIAMANTINO GERTRUDES DA SILVA

SERÁ uma tolice como outra qualquer, mas quando falamos de história talvez seja conveniente distinguirmos uma «história histórica», da «história ciência», entendendo que a primeira se refere aos factos reais, puros e duros, e a outra, como compete a qualquer ciência – e que os mais puristas nos desculpem o atrevimento –, se ocupa da interpretação daqueles factos, nomeadamente nas suas mais singelas ou complexas relações, que nos alimentam esta reconfortante noção do devir. Porque, no fundo, qualquer observador/actor da história, por mais modesto que seja o papel que lhe distribuíram ou que por moto próprio escolheu, o que procura, nas interrogações que lhe dirige, é uma lógica, qualquer que ela seja, que faça passar o devir pela sua porta. A coisa humanamente mais aceitável do mundo.

E não andará certamente muito longe desta humana perspectiva o que Edmundo Pedro verte para o artigo «O PS na crise político-militar do 25 de Novembro», do jornal *Público* de 7 de Dezembro do ano que já se aninha para acabar sem grande glória. E não se discute aqui a bondade e ainda menos se toca na sua legitimidade, vindo tal olhar de quem vem, com reconhecido palmarés antifascista. Nem se vão cruzar aqui argumentos contra uma opinião pessoal, portanto, respeitável.

Mas sempre se afirmará, respeitosamente, que o que ali se escreve só muito longuinquamente terá alguma coisa a ver com a história, tanto a real, a que nem Edmundo Pedro nem nós temos acesso, como com a outra, em que, apesar de tudo, a interpretação obedece a critérios e a parâmetros mínimos de garantia de cientificidade. Assim sendo, às certezas de Edmundo Pedro – e aí está uma das virtudes do escrito –, só poderemos contrapor algumas interrogações.

Quem armou o PS, para o que desse e viesse, quem sabe se como os ensinamentos do que viria a ser o «Senhor de Bagdade», isso fica bem clarinho no artigo de Edmundo Pedro. E quem armou o PC? Ou o Partido Comunista ficou a contar com as armas que em cima da hora encravaram, e as que não encravaram se voltaram contra ele? É pena que ,neste aspecto, Edmundo Pedro nada mais junte ao filme que desde aquela «memorável» data nos tem sido mostrado, de um Cunhal embrutecido no seu ortodoxismo, rodeado de gente estúpida, e um Soares especialmente esperto que arregimentou os militares mais puros, mais autênticos e mais inteligentes.

E se os militares «moderados» do «Grupo dos Nove» não se tivessem encostado e deixado «arregimentar», e tivessem continuado na revolução, moderando-lhe os caminhos e o destino...? E que não digam que não tinham condições para isso, já que se viu que, apesar de todas as contagens, as Forças Armadas, no essencial, ficaram do seu lado, como efectivamente sempre estiveram. No fim, o que ficou foi a sensação de que alguém se limitou a aplicar o que vem nos manuais. E pouco mais.

E, já agora, aí vai mais uma. E se a revolução socialista «portuguesa» tivesse triunfado, o mundo não poderia estar agora bem diferente deste neo/arqueoliberalismo, talvez sem precisar de implosões (coisa que sempre soa a terrorismo), que sejam elas quais forem, são dramáticos cataclismos históricos que arruinam o património e desviam doutro possível caminho o devir da Humanidade?

Mas sempre se poderá objectar, e com razão, para que servem, afinal, estas observações. Em boa verdade, para quase nada. É que se noutras áreas do conhecimento os «se» podem despertar férteis hipóteses conducentes a novas teorias e a inovadoras formas de intervenção no real, no caso da história as coisas não são o que são, mas o que foram, e pouco haverá a fazer quando, como nos tempos que correm, já nem o seu velho paradigma – compreender o passado para entender o presente e perspectivar o futuro – nos serve para grande coisa, pois os factos sucedem-se a ritmo alucinante, sem tempo de parar e pensar.

Porque o novo figurino que por aí anda, com o toque a finados para a História e as Ideologias, é o do ciclista que logo cai se deixar de pedalar. Para onde..., depois se verá. ■

MÁRIO SOARES

Querem desfigurar a Const e modificar o regime demo

MÁRIO SOARES manifestou grande preocupação perante a actual realidade política, económica e social que presentemente se vive em Portugal, no decorrer da conferência subordinada ao tema «O 25 de Abril e o Futuro» que proferiu dia 3 de Março, na sede da Associação 25 de Abril. «Estamos a assistir a uma tentativa ideológica concertada para desfigurar a Constituição e modificar o regime democrático que construímos – não só no domínio político mas também nos planos ideológico, económico, social, cultural e ecológico», declarou.

Depois de proclamar uma vez mais o seu apego ao 25 de Abril – «o dia que transformou Portugal» e o mais feliz da sua vida – Mário Soares situou a data na voz de Sofia: «O dia inicial e puro» e aí fixou a fronteira entre dois tempos distintos: o trabalho da Oposição – de todos os antifascistas – contra a Ditadura, desde o início do golpe militar do 28 de Maio de 1926, que pôs fim à I República, e a nova era traçada pela generosidade dos capitães de Abril.

Na primeira parte da conferência, Mário Soares fez um exaustivo relato dos acontecimentos e actos heróicos de Oposição que marcaram a vida de centenas de homens, mulheres e jovens que nunca deixaram de acreditar na Democracia.

Marco a marco identificou-os assim: o 3 e o 7 de Fevereiro de 1927; o 20 de Julho de 1928, revolta do Castelo; o 26 de Agosto de 1931 – Utra Machado; a revolta da Madeira e da Guiné, 1931 – Augusto Casimiro / General Sousa Dias; a revolta dos marinheiros de 1936, guerra de Espanha; o atentado a Salazar (anarquista); as greves, as manifestações académicas, sociais e cívicas, (ex. as "grandes greves" de 1941; a resistência clandestina, que foi feita: pelos partidos republicanos; pelos militares progressistas; pela Maçonaria; pelos anarco-sindicalistas; pelos intelectuais – *Seara Nova/Diabo/Vértice*; pelos comunistas, que a partir de 1941 (reorganização do PC) passam a ser dominantes; e pelos católicos progressistas (Bispo do Porto). Relativamente ao papel de organizações políticas citou: a Frente Popular, no tempo "guerra de Espanha" (Manuel Mendes-Bento Caraça); a Aliança Republicana e Socialista (Azevedo Gomes/Bento Caraça); o MUNAF criado clandestinamente em 1942/43; o MUD, Outubro de 1945, para-legal no primeiro período da chamada "liberdade suficiente"; e depois, de novo, as revoltas militares e civis: a revolta da Mealhada de Outubro de 1946 (Capitão Queiroga); o 10 de Abril de 1947 – generais, almirantes, coronéis e civis – almirante Cabeçadas, general Godinho, coronel Carlos Selvagem, João Soares e outros; a Revolta da Sé de 1959 (Manuel Serra, dirigida pelo major Pastor Fernandes); o desvio do Santa Maria - Henrique Galvão; o desvio do avião da TAP (Palma Inácio); a revolta de Beja, 1961 – major Pestana/Varela Gomes/Manuel Serra/Delgado; o golpe palaciano do general Júlio Botelho Moniz; as guerras coloniais, que desgastaram profunda e definitivamente o regime: Angola (1961), Guiné (1963), Moçambique (1964).

Depois, pontuou os primeiros meses de Liberdade em Portugal, com incidência maior no chamado «processo revolucionário em curso – PREC».

Falou de «uma revolta que começou por ser corporativa militar e que se transformou em Revolução Nacional» – de "capitães" Vasco Gonçalves, Vítor Alves, Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo, Melo Antunes e generais Spínola (Portugal e o Futuro) e Costa Gomes.

> «A revolta do 25 de Novembro não foi, como muitos julgaram, o princípio da contra-revolução. Nenhum Partido de Esquerda foi ilegalizado – nomeadamente o PCP, como queriam alguns – e aí teve um papel determinante Melo Antunes e, modestamente, eu próprio (representando o PS). Foi a reposição do "espírito original do 25 de Abril" e a reposição nos carris de uma "Revolução democrática e pluralista", de acordo com o programa do MFA.»

Mário Soares sublinhou que «a revolta do 25 de Abril foi consagrada pelas manifestações populares que começaram, logo no próprio dia, no Largo do Carmo e se prolongaram até ao 1 de Maio. Houve nesses dias memoráveis um estado de euforia colectiva em Portugal.» Como referiu, «foi o Povo que transformou a revolta militar em Revolução Nacional. A Revolução dos Cravos, pacífica, generosa, idealista!»

No entender do orador todos os objectivos (democratizar, descolonizar, desenvolver) foram alcançados, pacificamente, sem derramamento de sangue. Por isso se diz – e é internacionalmente reconhecido – salientou que «a Revolução dos Cravos foi uma revolução de sucesso, de grande sucesso»!

Recordando, a seguir, os grandes momentos do PREC, Mário Soares deteve-se naquilo que chamou «clivagens de tipo ideológico, confrontações de interesses e a crises» e exemplificou: a crise de Palma Carlos/Sá Carneiro; o 28 de Setembro de 1974; a renúncia de Spínola (Setembro de 1974) à Presidência da República e a substituição por Costa Gomes; o 11 de Março de 1975 que deu lugar ao que o historiador Barradas de Carvalho (aliás comunista) chamou: "la fuite vers la lune"; a ideia de fazer a "economia de uma revolução" e saltar de uma "revolução democrática" para uma "revolução popular" ou anarco populista, apoiada apenas pela extrema-esquerda e pelo PCP que, precisou, foi aliás o que quebrou a "unidade da Esquerda" e deu origem à confrontação socialista/comunista.

Essas confrontações, disse, «que se seguiram ao 11 de Março e às subsequentes nacionalizações – e que subverteram o plano económico Melo Antunes, aprovado pelo III Governo Provisório – agudizaram-se com: as eleições constituintes de 25 de Abril de 1975 que deram uma vitória nítida ao PS (37%); as subsequentes manifestações contrárias do 1º de Maio de 1975; a crise da "unicidade sindical"; o bloqueio da Assembleia Constituinte; o caso *República* e a demissão do IV Governo dos ministros socialistas, independentes e do PSD; as manifestações da Fonte Luminosa e do Estádio das Antas; a queda do V Governo de Vasco Gonçalves; a rede bombista e o aparecimento de grupos de extrema-direita; a clivagem no MFA, uma clivagem de que o Dr. Álvaro Cunhal diria que "se deu no mau sítio", visto que dividiu o MFA, motor da Revolução; o aparecimento do chamado "grupo dos nove" e a sua organização político militar – Melo Antunes (ideólogo) e o operacional Vasco Lourenço, Victor Alves, Almirante Crespo, Ramalho Eanes, Jaime Neves, Pires Veloso e muitos mais; e, finalmente, o 25 de Novembro de 1975.

No dizer de Mário Soares, «a revolta do 25 de Novembro não foi, como muitos julgaram, o princípio da contra-revolução. Nenhum Partido de Esquerda foi ilegalizado – nomeadamente o PCP, como queriam alguns – e aí teve um papel determinante Melo Antunes e, modestamente, eu próprio (representando o PS). Foi a reposição do

ituição
crático

«A descolonização que alguns chamaram ironicamente, "exemplar" e que eu digo que foi a descolonização possível (que não deu lugar ao fenómeno dos "pieds noirs", como em França, depois da independência da Argélia) pôs definitivamente fim às guerras coloniais. Que mais se poderia fazer quando nos terrenos de guerra as forças militar confraternizavam?»

DN - Rui Coutinho

"espírito original do 25 de Abril" e a reposição nos carris de uma "Revolução democrática e pluralista", de acordo com o programa do MFA.»

O orador evocou depois o papel determinante de Henrique de Barros na «elaboração da Constituição que fundou verdadeiramente a II República (com os constitucionalistas Vital Moreira, José Luís Nunes, Marcelo Rebelo de Sousa e Jorge Miranda).» E considerou o ano de 1974-75 como «o ano da descolonização que alguns chamaram ironicamente, "exemplar" e que eu digo que foi a descolonização possível (que não deu lugar ao fenómeno dos "pieds noirs", como em França, depois da independência da Argélia) e pôs definitivamente fim às guerras coloniais. Que mais se poderia fazer, quando a ditadura tinha conduzido o país para um beco sem saída? E o completo isolamento internacional? Quando nos terrenos de guerra as forças militares confraternizavam?» Ainda a este respeito considerou a integração dos chamados retornados «uma operação complexa mas totalmente bem sucedida» e elogiou o papel determinante desempenhado pelo então tenente-coronel Gonçalves Ribeiro.

Não às querelas do passado. Mário Soares entrou depois na segunda parte da sua conferência. Começou por confiar à História e aos historiadores todos os factos que acabara de comentar, e, indo direito ao assunto, deixou o aviso: «deixemos essa análise aos historiadores. O pior que nos poderia suceder – a propósito das comemorações dos 30 anos do 25 de Abril – é que os partidos de Esquerda, que se reclamam do espírito do 25 de Abril, se envolvessem de novo nas querelas do

MÁRIO SOARES

Querem desfigurar a Const e modificar o regime demo

passado, que tiveram a sua data própria e estão ultrapassadas.»

A seguir, como que a situar o pensamento que iria desenvolver nesta última parte da sua conferência, Mário Soares quis definir aquilo a que chama "espírito do 25 de Abril". E definiu assim: «O acervo das ideias generosas fundadoras da nossa II República, expresso na Constituição da República, votada em 2 de Abril de 1976. Sem esquecer as Revisões que, democraticamente, lhe foram sendo introduzidas.»

Toda a assistência que praticamente lotara o espaço do Fórum 25 de Abril percebeu de imediato a razão pela qual Mário Soares chamara ali à colação o «espírito do 25 de Abril».

Muito simplesmente para dizer «que estamos a assistir a uma tentativa ideológica concertada para desfigurar a Constituição e modificar o regime democrático que construímos – não só no domínio político mas também nos planos ideológico, económico, social, cultural e ecológico.»

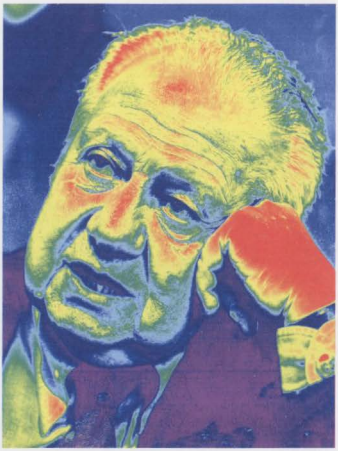
E, prosseguindo, afirmou:

«Em que me baseio para fazer tal prevenção, dadas as responsabilidades que tenho como homem do 25 de Abril? Dir-vos-ei: na ofensiva para esvaziar a Constituição da República do seu conteúdo em matéria de direitos políticos, económicos e sociais. A ofensiva, nesse sentido, da Direita Extrema e a tentativa do PP, que representa essa corrente, de condicionar o PSD, no quadro da coligação no poder, sendo o PSD – note-se – um partido estruturante do regime actual, com grandes tradições democráticas, que vêm desde Sá Carneiro.» Depois, «através do desfiguramento da Constituição, com o pretexto – já confessado – de modificar o sistema político. Com que objectivo? Com o de tornar a Esquerda (PS, PCP, Bloco de Esquerda, Verdes) minoritária no país. O que, diga-se, nunca foi, nem é, apesar das conjunturais oscilações de voto.»

Numa crítica cerrada à política da coligação no Governo, Mário Soares disse que, «o mais grave, é a ofensiva para entregar as riquezas nacionais aos privados, nacionais e estrangeiros, assim enfraquecendo o Estado, a ponto de o poder vir a tornar inoperacional para honrar os seus compromissos no domínio da segurança social, das reformas, do direito à saúde, à educação, etc.» E, depois, observou: «Estou à vontade para o afirmar, na medida em que sempre lutei contra a estatização da economia, e fui eu, no IX Governo, que abri a Banca aos privados. Mas isso não significa que esteja de acordo com a entrega dos sectores chave, estratégicos, da nossa economia aos privados – e ao estrangeiro – como está a suceder

DN - Alexandra Silva

ituição
crático



com a Portucel, com a energia (petróleo, gás e electricidade), com as águas, com os hospitais e até com a entrega ao Citycorp da cobrança dos créditos do Estado. Não estou de acordo com nada disso. Porque significa o desmantelamento do Estado» tal como o conhecemos desde D. João II.

Considerando impressionante a insensibilidade social da actual coligação, Mário Soares apontou o drama terrível do desemprego a subir em flecha. «Calcula-se que tenhamos cerca de 500 mil desempregados. E cada dia traz-nos mais 200 desempregados, muitos à procura do primeiro emprego. Isto é gravíssimo!», declarou.

Entrando na recta final da sua conferência, Mário Soares disse estarmos a «assistir – o que é inadmissível – à subordinação da Política, da Economia, do Social, da Cultura e até da Ecologia, às dominantes preocupações financeiras. Salazar começou assim, com as consequências que se conhecem.»

Depois deu exemplos: «Corta-se na cultura, na ciência, na inovação – o que representa sacrificar o futuro. Poupa-se na saúde, na educação, na justiça, nos serviços do Estado, no investimento público, nas forças armadas, etc. Mas não se hesita em adquirir submarinos – como se fossem uma prioridade absoluta – para pagar a prazo, pelas gerações vindouras.»

Consequências desta política? Mário Soares também as apontou: «Estamos, a afastarmo-nos da média europeia. Quando justamente na conjuntura actual de alargamento da União, precisávamos de mais nos aproximar dos padrões mais avançados. Corremos o risco de sermos ultrapassados por alguns dos países que vão agora entrar na União.»

À pergunta que fazer, porventura a bailar por alguns cérebros da assistência, Mário Soares também não deixou sem resposta: «importa resistir. Para não deixar desfigurar a nossa Constituição e o regime da II República. Há mesmo quem já fale numa III República, o que significaria um intolerável regresso ao passado.»

Mário Soares concluiu a sua conferência com uma espécie de manifesto de incitamento à unidade da Esquerda, declarando:

«Resistir através do voto – que é a arma dos cidadãos, em Democracia – o que implica unidade da Esquerda e de todos os democratas que sejam contrários ao estado de coisas actual. Não é preciso para tanto uma aliança formal entre os partidos que se reclamam da Esquerda. Basta que convirjam, partidos, sindicatos, associações políticas, cívicas e culturais numa linha de mudança que traga a Portugal uma nova política. De forma a assegurar uma nova maioria, já a partir das eleições europeias e que continue através do novo ciclo eleitoral que com elas se abre. Seremos assim fiéis – todos – ao espírito do 25 de Abril, que tem profundas raízes no Povo Português. Viva o 25 de Abril!»

No debate que seguiu houve quem não se contivesse e levantasse a sua voz para sugerir a Mário Soares: depois do que nos acaba de dizer por que não encabeça já um movimento? Nesta sala, muitos de nós não hesitaremos em segui-lo?

Ficaram gorados os apelos de saudosos sebastianistas. O velho resistente continuava a surpreender. Segundo Mário Soares, é à Esquerda que compete recuperar uma nova maioria para ser fiel ao espírito do 25 de Abril. ■

LIVROS

Geopolítica e geoestratégia servidas em letra de forma

O VOLUME II do *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* (Editora Quarteto) da autoria do major-general Pedro de Pezarat Correia, prezado director de *O Referencial*, foi apresentado pelo general Loureiro dos Santos, dia 10 de Fevereiro, em Lisboa, em sessão pública, no Instituto de Defesa Nacional.

Esta obra surge na sequência do primeiro volume laçado em Dezembro de 2002, o qual no dizer o autor «reproduz, de forma mais desenvolvida e procurando atingir um universo de leitores mais amplo, a primeira parte da matéria de Geopolítica e Geoestratégia ministrada na licenciatura de Relações Internacionais, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra».

O Volume II do *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* trata as «Zonas de Tensão e Conflitos no Mundo» (ZTC).

Como disse Loureiro dos Santos «é uma abordagem que tem como pano de fundo os conhecimentos teóricos a que o I Volume se dedica. O primeiro volume apresenta a base teórico-doutrinária que permite fazer uma análise circunstanciada e rigorosa das diversas zonas do planeta, em função da perspectiva poleomológica, e revela-nos, de modo surpreendentemente lógico as linhas de força globais e regionais, que funcionam como molde ou enquadramento indispensável à compreensão e leitura crítica dos conflitos que hoje proliferam e de outros que se anunciam.»

De sentido mais prático do que o anterior, Loureiro dos Santos disse que o volume que lhe coubera apresentar constitui «um estudo de um professor regente de uma cadeira, onde se visa fornecer aos alunos a "álgebra" de sustentação da avaliação do estado do mundo e dos confrontos que nele se sucedem, ou seja, a quadrícula animada que permitirá explicar, pelo menos em parte, as proto-regras que estão por detrás da sua eclosão e desenvolvimento, além dos fundamentos que conduzem os actores em jogo à acção. Portanto, o livro tem primariamente um objectivo académico. Isto faz com que a sua esquematização seja muito clara, os assuntos bem ordenados e substancialmente tratados.»

Seguindo o roteiro traçado por Loureiro dos Santos, o novo livro de Pedro de Pezarat Correia apresenta-se assim:

« No Título I, temos a possibilidade de contactar com o Quadro Geoestratégico do Pós Guerra 1939-1945, até à Nova Ordem Mundial, que, para o autor, tem início com o final da Guerra Fria. Mostrando-nos as grandes directrizes da dinâmica conflitual que se verificaram durante o decurso do período bipolar, primeiro, e traçando uma caracterização expressiva da Nova Ordem Mundial, em que nos encontramos, depois.

O título II discorre sobre o mundo como única ZTC. Aqui, temos oportunidade de observar os efeitos e como funciona a globalização na conflitologia, as linhas gerais de actuação da hiperpotência. Constituindo o núcleo caracterizador da nova ordem, julga-se acima de todas as outras, pairando sobre todas elas, a quem, verdadeiramente já não considera potências.

O terceiro desenvolve a observação polemológica da Bacia Mediterrânea como ZTC, introduzindo o conceito de Mediterrâneo "alargado", e estudando posteriormente o conflito israelo-árabe, bem como a complexidade e importância do Golfo Pérsico, Curdistão, Saara Ocidental e Balcãs.

No quarto, é efectuada uma análise de uma ZTC – A África Sub-saariana, escalpelizando a África Ocidental, a Grande Diagonal dos Conflitos Africana, e a África Austral, e terminando por fazer uma rigorosa abordagem à descolonização.

No quinto, é tratado o Oriente Asiático, como ZTC, escolhendo os problemas e características da Ásia Central e do Sudeste Asiático, para chamar a atenção para as linhas de força que se encontram por detrás de toda esta vasta região, que, como aliás afirma Kissinger no seu livro recentemente traduzido para português, *Precisa a América de uma Política Externa?*, tenderá a ser palco de conflitos inter-estatais que golpearam a Europa no passado, embora não saibamos se isso se repetirá.

Finalmente, o título VI dedica-se à análise da ZTC da América Latina, como área onde a presença dos Estados Unidos tem sido de natureza decisiva e obsessiva.»

Antes de concluir a sua apresentação, Loureiro dos Santos chamou a atenção para três aspectos de *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*.

«O primeiro», disse, «é o facto de ser possível, com esta obra, fazer uma ideia abrangente, e do meu ponto de vista correcto, do papel que certos recursos estratégicos, como o petróleo e a água, têm na origem de uma grande parte, senão da maioria dos conflitos que no mundo vêm ocorrendo. Em quase todas as zonas de tensão e conflitos. Bem como a disputa de território, o choque de valores e a sua exacerbação, e ainda: a miséria, a fome, o elevado fosso entre os mais ricos e os mais pobres, quer seja entre países, quer seja entre pessoas dentro dos países, e seus derivados.»

«O segundo», prosseguiu, «refere-se à rigorosa análise dos efeitos, em termos polemológicos, dos acontecimentos ocorridos em sociedades que foram colonizadas e, mais tarde, obtiveram a independência, tanto nas fases anteriores à colonização, como durante o seu decurso e no processo de descolonização. A este respeito, convirá estarmos atentos aos conflitos que podem resultar da resolução do problema da propriedade do solo nos países que foram colónias. Se não foi imediatamente resolvido na fase da descolonização, mesmo que à custa de grandes sacrifícios (como sucedeu nos países africanos de expressão em língua oficial portuguesa), não será de admirar que venhamos a assistir a conflitos graves, por exemplo na África do Sul, como já vimos no Zimbabwé e está a começar na Namíbia.»

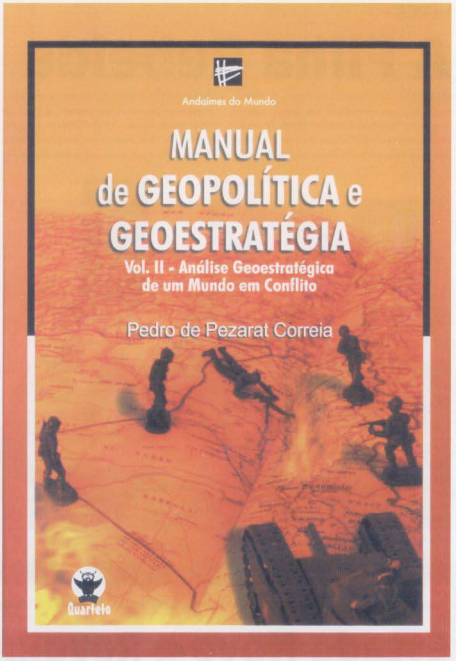
«O terceiro», observou, «trata-se do olhar do autor sobre Angola, como verdadeiro joelho de ligação entre duas das ZTC da África Sub-saariana. Pertence simultaneamente à Grande Diagonal Africana dos Conflitos e à África Austral, o que

O Manual de Geopolítica e Geoestratégia, agora dado à estampa por Pedro de Pezarat Correia, no dizer do general Loureiro dos Santos, «coloca à disposição dos alunos de relações internacionais e dos diplomatas e dos militares, um instrumento de grande valor para a sua formação e/ou esclarecimento.» Contudo, «ela constituirá também elemento de consulta de enorme utilidade, para todos aqueles que estão relacionados com a conflitologia, como responsáveis políticos, jornalistas e outros. E interessará a todos quantos acompanhem a evolução, preocupante, do nosso tão perigoso planeta.»

lhe confere uma importância estratégica crucial no continente. Esta poderá ser uma das razões, além de outras – tendência para a estabilidade, sem grandes tensões provocadas pela propriedade do solo, e excepcionais recursos naturais – agrícolas, piscícolas, hidrocarbonetos, hídricos e minerais, tudo em conjugação com uma extensa massa geográfica. Tudo indica que, muito em breve, é susceptível de se configurar como a potência regional.»

Este livro, conforme disse «é um trabalho que pretendeu ser essencialmente de natureza académica. E atinge em alto grau esta finalidade. Mas é nítido, por tudo o que disse, que a superou em muito.»

A terminar, Loureiro dos Santos considerou que a publicação do Volume II do Manual de Geopolítica e Geoestratégia, agora dado à estampa por Pedro de Pezarat Correia, «coloca à disposição dos alunos de relações internacionais e dos diplomatas e dos militares, um instrumento de grande valor para a sua formação e/ou esclarecimento.» Contudo, precisou, «ela constituirá também elemento de consulta de enorme utilidade, para todos aqueles que estão relacionados com a conflitologia, como responsáveis políticos, jornalistas e outros. E interessará a todos quantos acompanhem a evolução, preocupante, do nosso tão perigoso planeta.» ■



Fac-símile da capa do novo livro do general Pedro de Pezarat Correia

Homens em fundo azul-marinho

COM ALGUM ATRASO em relação à data da sua publicação, aproveitamos esta página de *O Referencial* para dar a conhecer aos nossos associados um interessantíssimo livro sobre a Marinha de Guerra da autoria do Professor João Moreira Freire.

O livro debruça-se em particular sobre o período das décadas de 50 e 60 do século passado, caracterizadas, a primeira pela impacte na Marinha da então recente entrada de Portugal na OTAN, a segunda pelo início e expansão da guerra colonial. No entanto, sempre que necessário, o autor sai desse limite temporal para melhor enquadrar as diferentes problemáticas, pelo que o livro constitui uma inesgotável fonte de dados sobre a Marinha de Guerra, abarcando uma grande parte do século XX.

Embora seja a obra de um sociólogo, perfeitamente documentado, só o seu passado de oficial da Armada lhe permite ter uma visão tão completa e realista do que era a Marinha desse período que ele próprio parcialmente conheceu. Talvez também por isso seja um livro que se lê com imenso prazer.

É pois um livro para ser lido por todos os que se interessam pela Marinha de Guerra e, certamente com redobrado agrado, por aqueles que pertencendo à corporação naquele período, aí vêem tão bem retratada a realidade que viveram então.

Atrevo-me a sugerir que deveria igualmente ser livro de leitura para os futuros oficiais e parece-me que seria importante que, num futuro próximo, alguém pegasse no testemunho e fizesse uma análise tão documentada como esta da nossa Marinha de Guerra durante as duas décadas que se seguiram, em que se sucederam factos tão marcantes como o 25 de Abril, a descolonização e a adaptação da Marinha às novas realidades a nível internacional.

Falcão de Campos

LIVROS

A Filha Rebelde

O LIVRO de José Pedro Castanheira e de Valdemar Cruz conta a história de uma família fascista onde o pai é um admirador sem limites e um fidelíssimo servidor de Salazar e a mãe uma mulher de enorme beleza. A filha do responsável máximo da política política do fascismo acabaria por se apaixonar pela revolução cubana e seguir o caminho oposto do pai. «A Filha Rebelde» foi apresentada, dia 19 de Janeiro, em sessão pública na sede da A25A a que, entre outros convidados, assistiu o Presidente da República, Jorge Sampaio.

Vasco Lourenço apresentou o livro; José Pedro Castanheira agradeceu e deu explicações. São deles os textos que se publicam a seguir.

VISÃO – Inácio Ludgero

Vasco Lourenço quando apresentava o novo livro de José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz

Estado Novo e Revolução Cubana

VASCO LOURENÇO

ESTOU CERTO que a Annie gostaria de saber que o lançamento do livro sobre si e a sua vida se está fazer na A25A.

Conheci-a em Portugal, depois do 25 de Abril, quando trabalhou na 5.ª Divisão, com o Varela Gomes. Tivemos algumas conversas, alguns contactos, mas nunca fui dos que mais se ligaram a ela.

Aconteceu, no entanto, que em 1979 visitei Cuba, convidado para participar no 26 de Julho. Convidado em 1975, juntamente com o Otelo, decidi então – face à situação do «Verão quente» - não ir a Cuba. O Otelo e eu fora, ao mesmo tempo, era muito perigoso. É evidente que, 4 anos depois, não tive a recepção de herói que o Otelo teve em 75.

Nos contactos que tive com a Annie, apercebi-me de que não sabia ainda da recente libertação do pai. Dei-lhe a enorme alegria de saber que ele iria aguardar o julgamento em liberdade. Visitei a sua casa, onde pude constatar a força de vontade necessária para ter tomado as opções revolucionárias e, a partir daí, passámos a trocar correspondência.

Ao ler o livro, como não podia deixar de ser, tomei conhecimento de muitos acontecimentos da sua vida, que não conhecia. E passei a admirá-la bastante mais, lamentando não me ter apercebido antes da sua verdadeira história. De mulher que, como dizem os autores, «contemporânea de tempos heróicos, soube transformar-se ela própria em personagem – e não apenas espectadora – da vida que viveu».

História que é bem o exemplo de como é possível uma mulher, ou um homem, se revoltar contra o que o destino lhe parece determinar.

Nascida numa família fascista, onde o pai é um admirador sem limites e um fidelíssimo servidor de Salazar e a mãe uma mulher de enorme beleza, cujos horizontes se resumiam a cuidar dessa beleza, cedo começa a sentir-se atraída por algo que o Portugal de então lhe não poderia dar.

Aproveita a primeira oportunidade e casa com um diplomata suíço, o que lhe permitiria sair do domínio dos pais e do próprio país. Herdeira da beleza da mãe, tem consciência disso e aproveita para assim se impor no meio diplomático.

Até que, em Cuba, se apaixona platonicamente por «Che» Guevara, pela revolução romântica que então empolgou todo o mundo minimamente progressista, e opta por uma mudança radical da sua vida com enormes prejuízos de natureza material. Entrega-se à revolução, vence dificuldades naturais da origem e do casamento, é aceite e ser-lhe-á fiel até ao fim.

É essa história que o livro «A Filha Rebelde» nos conta.

Mas o livro não se limita a contar-nos a história da Annie.

Os seus autores são distintos jornalistas com muitas provas já prestadas. Um parêntesis para dizer que não sei se o José Pedro Castanheira daria um bom economista e o Valdemar Cruz um bom músico. Falta fazer a prova, sei, no entanto, que a opção tomada nos permitiu ter dois bons jornalistas e dois escritores cuja obra é já bastante significativa. Que este livro vem reforçar.

Como dizia, o livro conta-nos mais alguma coisa. E não é de somenos importância.

Permite-nos ter uma ideia, não exaustiva mas bem interessante, do perfil e da vida do último director da sinistra PIDE/DGS. Permite-nos conhecer a sua formação, a sua evolução e a sua acção como responsável maior dessa tenebrosa polícia política. Do seu envolvimento na preparação do assassinato de Humberto Delgado, do encobrimento do mesmo, da enorme responsabilidade que Salazar teve nele e da tentativa de ilibação, no pós 25 de Abril. Tal como nos permite ver a hipocrisia de quem se tentou apresentar como um simples executor de directivas superiores do chefe, depois de ter admitido aderir ao Movimento libertador de Abril. Aliás, os pides – como alguns disseram na altura – só não aderiram ao 25 de Abril, porque os não deixaram...

A sua formação de militar leva-o a não fugir (Spínola deu-lhe essa oportunidade) e a assumir as suas responsabilidades. Fica esse aspecto positivo, que lhe seria fundamental, quando, por razões de saúde, lhe permitiram viver os dois últimos anos de vida em liberdade. Liberdade que os crimes de que era responsável não permitiriam, em situações normais.

Na vida de Annie sobressai também a figura da mãe, com quem ela manteve até ao fim uma relação de amor-ódio. Mais difícil do que a que manteve com o pai, com quem tinha apenas discordâncias ideológicas. Profundas discordâncias, que apesar de se manterem até ao fim, não a impediram de o ajudar quando ele precisou.

A natureza frívola, profundamente reaccionária da mãe – para ela o incêndio do Chiado foi de novo a maldição do 25 de Abril e em 1989 ainda comentava, perante a queda do Muro de Berlim, que «só neste desgraçado Portugal continua o comunismo por todo o lado, com os melhores cargos (...)» – vai impedir que o amor maternal e filial se revele inteiramente. Ainda que por vezes dê origem a algumas interessantes contradições nos fortes conceitos ideológicos de Armanda Palhoto Silva Pais.

O livro permite-nos ainda acompanhar a história do Estado Novo e da sua política, mesmo antes de Silva Pais, e permite-nos também entrar dentro de alguns episódios da revolução cubana, desde o seu início, quando empolgou o mundo progressista e se transformou no ideal a alcançar por muitos revolucionários, a algumas das crises que atravessou, às dificuldades enormes que o todo poderoso vizinho EUA lhe criou, até à descrença que a teimosa ditadura de Fidel provocou nos anteriores adeptos.

Descrença que a própria Annie faz transparecer, nos últimos tempos de vida, quando o seu protector, general José Abrantes, é preso e condenado.

Livro muito interessante, permite-nos constatar que já em 1962, quando da crise dos mísseis em Cuba, Fidel Castro, em carta a Kruchtchev, onde o criticava pela posição assumida, afirmava a sua convicção «da perigosidade dos círculos agressivos do Pentágono e a sua tendência para o golpe preventivo».

Como nos permite constatar a hipocrisia sem limites do regime fascista, que tudo fez para esconder a opção da filha de Silva Pais, chefe máximo da PIDE, pela revolução cubana.

De facto, como era possível aceitar que a filha de um dos principais sustentáculos do regime assumisse posições totalmente contrárias às defendidas pelos seus próceres? A solução era evitar que se soubesse do acontecido.

Em contrapartida com a acção dos cubanos que, podendo utilizar propagandisticamente esse acto, não o fizeram, valorizando antes os sentimentos de Annie Pais.

Fidel viria a cumprir exemplarmente a promessa feita à diplomacia portuguesa e não utilizou a deserção de Annie por ocasião da Conferência Tricontinental.

Concluindo, «A Filha Rebelde» é um livro que vale a pena ler, que nos ajuda a compreender melhor os métodos dos ditadores, que impuseram a escuridão do Estado Novo.

Que nos fornece elementos para melhor compreender a aventura de Fidel Castro, os benefícios da libertação , mas também os malefícios da ditadura.

Que nos dá alguns elementos sobre a Guerra Fria das duas superpotências e nos mostra como a existência de um opositor forte não permite ter veleidades de guerras preventivas. Estou certo que se os EUA acreditassem que o Iraque tinha armas de destruição maciça, não teriam feito o ataque. Tal como em 1962, onde, porque havia armas atómicas prontas a ser lançadas de Cuba, a opção foi o diálogo e o acordo...

Enfim, um livro que, baseado numa história de drama, paixão, amor, ciúme, traição, intriga política, tragédia, dor e morte (citei os autores), enriquece quem o ler.

E, porque no cemitério de Havana onde foi sepultada, nada resta de Ana Maria Palhota da Silva Pais e porque Annie é um nome que não existe, era indispensável fazer um livro como este.

Parabéns aos autores, parabéns aos editores. ■

VISÃO – Inácio Ludgero

José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz

Trabalho jornalístico

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

RESERVEI o meu último agradecimento para o presidente da Associação 25 de Abril e nosso anfitrião. O Vasco Lourenço não só conheceu pessoalmente a Annie, como é, ele próprio, uma personagem, ainda que secundária, do livro. Ele é o protagonista de um episódio revelador, referido a páginas 230. Poupo-vos os detalhes, direi somente que o pai de Annie, o famoso e temível director da ex-PIDE/DGS, foi libertado condicionalmente em 12 de Julho de 1979. Na altura, a filha estava em Cuba, onde aliás vivia e trabalhava. Só soube na notícia - pela qual tanto ansiava - 12 dias depois. Quem lhe deu a boa nova, em Havana, de viva voz, foi, nem mais nem menos, que Vasco Lourenço - à época, membro do Conselho da Revolução.

A prisão é um tema presente em quase todo o livro. Não que Annie tenha estado presa alguma vez. Mas é que um livro sobre Annie Silva Pais tinha que ser, obrigatoriamente, também um livro sobre Fernando da Silva Pais - que o mesmo é dizer sobre a PIDE/DGS, que, muito mais que um serviço de informações, foi sobretudo uma polícia política, que fez na prisão, da violência e da tortura meios privilegiados de actuação.

Aliás, uma outra personagem desta história acaba os seus dias na prisão. Chamava-se José Manuel Abrantes Fernandez. Ao contrário do que possa parecer, não era português - era cubano, general, homem da confiança máxima de Fidel Castro e seu ministro do Interior. Foi o último grande amor de Annie. Caído em desgraça, foi julgado e condenado a 20 anos de cadeia. Morreu em

LIVROS

Trabalho jornalístico

O Presidente da República, Jorge Sampaio, assistiu ao lançamento do livro «A Filha Rebelde», na sede da A25A

Janeiro de 1991, na prisão - morreu ou foi morto? Aqui está uma boa pergunta, a que o livro não responde, até porque não era esse o seu objectivo.

O livro conta a própria prisão de Silva Pais. Quando o feitiço se virou contra o feiticeiro, o major foi feito prisioneiro. Isso aconteceu a 27 de Abril de 1974. Sabe-se que, na véspera, o general Spínola, deu-lhe a possibilidade de se evadir. Porém, ao contrário de muitos outros, Silva Pais optou por ficar no país e, aqui, responder pelos seus actos. Entre os principais responsáveis do Estado Novo, foi, porventura, o que mais tempo passou na prisão.

Diz o ditado que «quem com ferros mata, com ferros morre»... Um adágio que nem sempre se confirma. Director da polícia política durante 12 anos consecutivos, responsável moral ou material, de inúmeros «crimes inomináveis» - como lhes chamou Raul Rêgo -, esteve preso apenas cinco anos. E em que condições? Remeto-vos para um relatório da Cruz Vermelha Internacional, referido a páginas 218. As conclusões dificilmente poderiam ser mais abonatórias para as autoridades saídas da Revolução dos cravos: «As condições materiais de detenção são satisfatórias. A alimentação é suficiente e boa, a assistência médica regular no tempo e excelente na qualidade. As relações entre os presos e a direcção da prisão são igualmente excelentes. As visitas de familiares têm lugar regularmente.» Poucos são os serviços prisionais que se podem orgulhar de um atestado deste género, passado por uma instituição acima de toda a suspeita como a Cruz Vermelha Internacional.

Silva Pais acabou por ser libertado, sob condições, em pleno julgamento do caso Delgado, de que era um dos principais arguidos. Velho, doente, a padecer de um cancro e com sérios problemas do foro cardíaco, foi libertado a conselho médico e por razões humanitárias. Viveu mais um ano e meio, na sua casa da Rua de Moçambique e na companhia dos seus entes mais queridos: a mulher, Armanda, e a filha única, Annie.

Nem o Estado Novo nem o regime castrista algum vez trataram desta forma os seus prisioneiros. Esta é a grandeza e a superioridade moral da democracia, caracterizada pela generosidade, a tolerância, a indulgência, a magnanimidade. Como gostava de dizer Francisco Salgado Zenha – o primeiro ministro da Justiça do 25 de Abril, - só a democracia é capaz de perdoar aos seus adversários e inimigos. Perdoar, o que não significa esquecer.

A editora Temas & Debates autorizou-me a anunciar que a segunda edição do livro já está no prelo. Os seus leitores encontrarão nele características de romance, ficção, biografia, história, memórias... O livro é um pouco de tudo isso, mas é, antes de mais, um trabalho jornalístico, onde a reportagem e a investigação se casam permanentemente. Em 300 páginas de texto, são referidas inúmeras fontes pessoais e documentais. Só uma vez - repito: só uma vez – fomos obrigados a recorrer à figura da fonte anónima. (Escusado será dizer que é uma fonte cubana.) Todas as demais são identificadas, não apenas pelos respectivos nomes, mas também com o local e até o dia em que os respectivos depoimentos foram recolhidos.

Infelizmente, o recurso ao *off* e às fontes confidenciais e anónimas, que deveriam ser a excepção, transformaram-se hoje em dia na regra. O resultado está à vista: jornalistas e órgãos de comunicação social passaram a ser, consciente ou inconscientemente, instrumentalizados pelas fontes de informação, que, no processo de produção jornalístico, nunca são neutras, já que promovem sempre os seus próprios interesses.

Há meia dúzia de meses, quando recebemos nas mãos do Senhor Presidente da República o Grande Prémio Gazeta, o Valdemar e eu próprio tivemos a oportunidade de criticar o falso e o mau jornalismo. É uma evidência que há maus jornalistas, como há maus políticos e governantes, maus médicos e economistas, maus advogados e magistrados. A constatação de que há maus jornalistas, ou de que o jornalismo atravessa um mau momento, não pode legitimar uma crítica, muito menos um ataque, ao próprio direito à informação e à liberdade de Imprensa. Não é com restrições e limitações que se promove e defende eficazmente a liberdade: é com uma cultura de mais responsabilidade, no plano legal e sobretudo ético. Já muitos o disseram: as leis e os códigos existentes, não sendo perfeitos, são suficientes. A questão é que sejam respeitados e cumpridos – e por todos. Toda a história do Estado Novo, de que nos fala o livro, mostra que um excesso de legislação vai sempre num sentido restritivo, acabando, no limite, por abafar a própria Liberdade. ■

Manual de sobrevivência e história de um grande amor

MARIA MANUELA BAPTISTA*

DE *VENTOS e Marés* teceu Maria Manuela Cruzeiro com Maria Eugénia Varela Gomes uma extraordinária conversa-aventura que acaba de ser publicada em livro pela Campo das Letras e nos dá a conhecer, entre um belíssimo prefácio, documentação fotográfica diversa, excertos de um diário (muitíssimo bem articulados com a entrevista) e uma completa e útil cronologia, a vida de uma mulher portuguesa admirável, cujo destino se encontra profundamente imbricado com a história recente do nosso país.

Maria Eugénia é, ela própria, uma personagem fascinante, como de resto tem sido sublinhado pela crítica que entusiasticamente tem recebido este livro. Mas a forma como a entrevista é conduzida por Manuela Cruzeiro não passa despercebida ao leitor atento, que compreende a empatia e até cumplicidade que se gera entre estas duas mulheres em conversa-viagem. Maria Eugénia, 78 anos e esposa de um dos mais controversos protagonistas do 25 de Abril, João Varela Gomes, senhora de si mesma, e em corajosa revisitação ao seu passado, deixa-se conduzir pela mão segura e afável da sua interlocutora e amiga (que nuca entrevistadora, no sentido mais vulgar do termo). O resultado é, naturalmente, brilhante: uma conversa franca, clara, sem preconceitos nem tabus, na qual Maria Eugénia tão facilmente se apresenta e tão espontaneamente se procura em palavras de um imenso rigor descritivo, mas também sempre apaixonadamente coloridas, à medida que Manuela Cruzeiro a escuta e a estimula a prosseguir, adivinhando-se o clima de mútua confiança e estima entre ambas.

E é neste pacto de respeito e cumplicidade que Manuela Cruzeiro também instala o leitor, parecendo-nos, no final da leitura deste livro, que conhecemos e admiramos Maria Eugénia desde sempre e que podíamos ficar a ouvir ambas a conversar por muito mais tempo...

Sem querer cair no chavão feminista, esta é uma conversa cúmplice de mulheres (intermináveis e íntimas como o são sempre), que se apresenta ao mesmo tempo num registo absolutamente sedutor também para todos aqueles (homens em primeiro lugar) para quem a vida humana, a simples existência, é um problema que se resolve nas pequenas grandes 'guerras' de todos os dias.

Do que este livro nos fala é, em minha opinião, de um grande amor de uma admirável mulher: do amor por um homem, pelos seus filhos, pela sua família, pelos seus amigos, pela sua profissão, pelos que sofrem, pelo seu país, em suma, pela própria vida. Não fazer cedências nem concessões a nenhuma destas paixões, mas vivê-las na sua inteireza e inelutável contradição e exigência teve/tem um preço tremendo (que maior não há): a própria Vida.

Manuela Cruzeiro compreendeu exactamente tudo isto desde o início desta longa conversa, cuja leitura é absolutamente imparável (este é um livro que não se lê, devora-se!) e, de forma inteligente, mas com a doçura e a sensibilidade de quem sabe acolher o outro, não evita as questões difíceis, pungentes mesmo, como quando aborda o recente suicídio de um filho de Maria Eugénia. Na verdade, todo o livro, e não só este particular momento de indizível dor e revolta para com a vida, se revela um verdadeiro manual de sobrevivência, como por exemplo quando conta o que fazia para se defender dos interrogatórios da PIDE, induzindo em si mesma 'alucinações', 'jogando ao sério' com os que a interrogavam, ou até desafiando com altivez e sem medo quem a humilhava e torturava... *contra ventos e marés*!

Esta Maria Eugénia que Manuela Cruzeiro nos dá a conhecer é, obviamente admirável: uma figura entre trágica e épica, mas em todos os momentos digna da mais funda admiração ética. Uma força da natureza, plena de paixão e determinação, mas que é humana, tão humana quanto é ela própria quem nos confidencia as suas debilidades: oriunda de uma família pequeno-burguesa, presa de um conflito social, económico e religioso que não escolhe mas que terá de resolver, a braços com uma problemática afectiva que a levará por diversas vezes ao longo da sua vida a estados depressivos, Maria Eugénia tem o dom de ser uma mulher generosa e prática, simples e determinada. O mundo, como ela própria o diz, divide-se essencialmente entre os que sofrem e necessitam de ajuda e aqueles que podem (ou podiam, se o quisessem) ajudar. Os primeiros, tanto podem ser comunistas ou católicos, doentes ou operários, habitantes de um bairro social ou presos e refugiados políticos. Os segundos são todos os amigos, ou simplesmente conhecidos e gente de boa vontade, a quem pede ajuda, não para si que tem uma vida frugal e de pouco necessita, mas para as vítimas da injustiça, da opressão ou, como lhe chama, do 'sistema'.

Enquanto assistente social, profissão que abraçou como se de um sacerdócio se tratasse, recusou-se ser o que o tal 'sistema' lhe pedia, «uma gota de óleo» que resolvesse os 'pequenos problemas' do grande e perverso mecanismo.

Não procurou Manuela Cruzeiro apresentar 'um relato verídico' na primeira pessoa da vida que só Maria Eugénia viveu, e ninguém mais por sua conta. Também não estamos face a um livro que procura relatar um ponto de vista sobre a história portuguesa recente, embora também ele próprio contenha uma visão muito particular e pessoal dos acontecimentos políticos e sociais relatados. Trata-se, antes, da verdade de Maria Eugénia, apresentada com uma lucidez, auto-crítica, autenticidade e frontalidade que ultrapassa a mera questão (absolutamente ridícula neste contexto) da verdade ou da falsidade, para nos impor o respeito, a gravidade e a seriedade (por vezes até à comoção) com que esta senhora merece ser ouvida, (quer se tenha nascido antes, depois ou durante a Revolução do 25 de Abril de 1974).

Diz não querer ser uma 'personalidade', confessa que nunca teve ambição de qualquer género, revela a incomodidade de ver sempre longe demais (ah, a maldita intuição feminina!), apresenta-se como estruturalmente tímida e não poucas vezes ingénua, considera primordial a entrega e a perfeição em tudo o que faz, visceralmente incapaz de se 'encaixar' em qualquer organização política (embora acolhendo todos os que de boa vontade quisessem ajudar ou necessitassem de ajuda), apresenta-se como revoltada com o mundo e escolhendo sempre a face mais dura da vida.

A este propósito, recorda uma das muitas escaladas que fez enquanto adolescente, episódio que nos parece traduzir bem a força da natureza que é Maria Eugénia, já na época desportista radical e ecologista *avant la lettre*:

«Há meses que tinha 'debaixo de olho' um enorme penhasco, ligeiramente inclinado, e com uma ranhura (...) oblíqua, onde mal cabiam os dedos dos pés. No alto, do outro lado do penhasco, existia um pequeno pinheiro e eu jurara a mim própria que havia de lá ir. Num dos piqueniques que organizei, abandonei o grupo e lá segui para a minha aventura. Com as pontas dos pés metidas na ranhura, o corpo e os braços encostados à rocha (que não era pouco larga) fui avançando. Quando cheguei a meio da travessia, comecei, repentinamente, a tremer, a tremer. Os joelhos a baterem na rocha, a ver que ia cair e que a morte era certa. E mais: que ninguém encontraria sequer o meu corpo. Segui em frente, até alcançar o pinheirito. A alegria que senti é indescritível. (...) Estava convencida de que nunca ninguém ali fora antes, mas ia tombando de raiva quando descobri que do outro lado do penhasco havia uma excelente estrada, certamente frequentada por centenas de pessoas. Que grande fiasco e frustração» (p.73).

Viver como se tudo estivesse a acontecer pela primeira vez, como se o mundo e os homens tivessem acabado de ser criados, ali, diante dos seus olhos e se pudesse ainda aperfeiçoar a obra do criador, apaziguar o sofrimento e debelar o mal, parece-nos ser bem a expressão desta mulher, cujo destino (ou fado, como prefere...) é, em última análise, o de uma profunda solidão, povoada dos seus tão queridos deuses gregos, que lhe vão dizendo o que todos nós, seus leitores, antigos e recém-admiradores, gostaríamos de lhe dizer: não ponha já esse seu casaco castanho de toda a vida, como quem quer ir embora. Fique mais um pouco entre nós... conte-nos, de novo, como subiu aquele penhasco! ■

* *Doutorada em Filosofia da Cultura*
Universidade de Aveiro

MEMÓRIAS DE OUTROS TEMPOS

A Pide era estúpida e má

OSCAR MASCARENHAS

E EU QUE pensava que poderia contar aos meus netos, se lá chegar, as belas peripécias do avô resistente e vítima do fascismo! Qual! Das minhas peripécias de resistente só há registo na memória de amigos que, por o serem, são suspeitos aos olhos de qualquer neto mais vivaz. É que, do lado do fascismo, os únicos registos que ficaram eram pifios – e falsos!

Do meu lado de vítima ainda lhes posso contar: tive uma desagradável visita sem convite da Pide a minha casa, a 10 de Abril de 1970, às sete da manhã; fui impedido pelo ministro do fascismo José Hermano Saraiva – não sei se conhecem, ná, não devem conhecer… – de tomar posse como dirigente estudantil eleito; e passei por alguns apertos como atrasos nas promoções e transferências indesejadas e vigiadas na Força Aérea.

Não foi grande coisa esse meu lado vítima, reconheço, à vista do que tanto sofreram tantos. Mas o pior é que tudo o que de incómodo me aconteceu foi por informações falsas dadas por bufos tão maus quanto estúpidos a uma polícia política tão estúpida quanto má.

Foi nesse ano de 1970 que passei a ser «politicamente suspeito»: exactamente o ano em que tinha resolvido abrandar a minha intervenção política, limitando a estudantil ao estritamente necessário, porque não queria atrair, sobre mim, os olhos dos esbirros. Explico-me: estava fora dos meus planos ser incorporado no Exército e mobilizado para as colónias – do que resultaria, inevitavelmente, a minha deserção para o estrangeiro, o que não desejava, já que defendia que a luta se havia de travar no interior e a partir do interior. Por isso, para assegurar o propósito de não ter de desertar, apostei em voluntarizar-me como miliciano na Força Aérea, em busca de um tempo de tropa *low profile*. (O *profile* acabaria por não ser tão *low* como isso…) E sabia que, para entrar como voluntário, não poderia ser «politicamente suspeito».

A «minha» ficha na Pide abre-se exactamente a 9 de Abril de 1970: um contínuo bufo da Faculdade de Direito de Lisboa informou um sub-inspector pide «que foram coladas em algumas paredes da Faculdade de Direito tarjetas» de que se juntavam quatro exemplares. Eram quatro papelitos de dez por três centímetros, com dizeres artesanalmente carimbados. Um dizia: «Viva Lenine! Viva Mao! Viva a luta da classe operária! Abaixo o capitalismo!» Outro: «Viva Lenine! Viva Mao! Viva o marxismo-leninismo! Abaixo o revisionismo!» E dois deles: «Viva Lenine! Vivam os movimentos nacionais de libertação! Abaixo a guerra colonial!»

Os suspeitos das colagens eram dois: eu e outro aluno. Explicou o diligente bufo contínuo ao Sherlock pide que, «estando sob vigilância determinada zona da aludida Faculdade, apareceram ali tarjetas coladas logo após a permanência isolada na mesma, daqueles alunos». À mão, junto dos nossos nomes, alguém após as nossas moradas.

A «minha» ficha na Pide abre-se exactamente a 9 de Abril de 1970: um contínuo bufo da Faculdade de Direito de Lisboa informou um sub-inspector pide «que foram coladas em algumas paredes da Faculdade de Direito tarjetas» de que se juntavam quatro exemplares. Eram quatro papelitos de dez por três centímetros, com dizeres artesanalmente carimbados

Tanto bastou para a visita, cedinho pela manhã do dia seguinte. Eram quatro agentes-pides: Eugénio Carvela, que chefiava a importuna delegação, Manuel Garrido Ribeiro que manuscreveu com formidável dificuldade e transpiração o auto de busca, Pompílio Gabriel do Rosário e Celestino dos Anjos Sabino, que serviram de testemunhas de um dos raros actos pidescos envolvidos sob a capa de legalidade de um auto lavrado e assinado no local, onde se diz que «nada foi encontrado de interesse para esta Direcção-Geral»: eles, de facto, só iam em busca das tarjetas e dos carimbos – e sem grande entusiasmo, pois só deram delicadamente volta a um armário de papéis no meu quarto. Às oito e meia estava tudo terminado e os visitantes foram-se embora.

Pior do que naquele tempo?

A ideia de ir à Torre do Tombo consultar as «minhas» fichas na Pide surgiu na sequência de ter ouvido Miguel Sousa Tavares ter desabafado, na rádio ou na TV, já não me lembro, de que isto está «pior do que nos tempos da Pide!» Ele falava a propósito de revelação de escutas telefónicas no caso Casa Pia, obviamente feitas por gente ligada à investigação e lembrava que nunca a Pide tinha recorrido a tais métodos.

Era, naturalmente, muito mais um protesto de alma do que um juízo da razão. Não há comparação possível. Nem nos tempos, nem nos métodos, por muito sinistra e criminosa seja esta possibilidade de os investigadores de hoje recorrerem à estigmatização de suspeitos pela revelação parcial e tendenciosa de «descobertas».

A Pide da ditadura não revelava escutas telefónicas porque não podia – nem precisava! Não podia porque, pura e simplesmente, o regime negava a existência de tais escutas. E dificilmente poderia porque, existindo censura prévia, a estranheza e perplexidade que causaria, nesse tempo, a revelação de escutas seriam mais danosas, para o regime, do que o deitar lama sobre desafectos.

E a Pide não precisava de o fazer.

Repare-se que sempre que, nestes últimos tempos, vieram a público transcrições de conversas supostamente «comprometedoras» para suspeitos, tinha antes havido um qualquer ganho de causa desses mesmos investigados. Ou seja: a revelação de escutas com origem nos investigadores tem sido, actualmente, a arma suja com que eles se «vingam» de uma qualquer derrota processual junto do juiz. Aconteceu há uns anos com uma investigação de alegada corrupção de um árbitro de futebol: como o juiz do processo entendesse não haver matéria substancial para julgamento, logo dias depois saía, num jornal, a transcrição de uma escuta que pretendia provar que tinha havido corrupção, significando, de passagem, que ou o juiz era tanso, ou estava feito com o clube supostamente corruptor. Edificante!

Ora, a Pide não tinha necessidade de se vingar das decisões dos tribunais: jogava em casa com árbitros da casa. Por isso, não precisava de sair à rua para desmoralizar a imagem dos juízes! Além do que, nos esparsos momentos em que aos juízes do plenário lhes desse para respeitar este ou aquele princípio de direito, dificilmente a Pide encontraria eco favorável na opinião pública se os quisesse deixar malvistos.

Isto não está, obviamente, pior do que nos tempos da Pide. Mas podia e devia estar muito melhor do que está – ai, isso podia e devia!

O.M.

«Liberdade», de Zal. O artista plástico José António Lopes quis pintar a Liberdade, mas só conseguiu pintar hoje o que era para amanhã

Como não fazia ideia do que procuravam, deduzi que a visita tinha sido só para intimidar.

A verdade é que, um mês depois, sensivelmente, o ministro do fascismo José Hermano Saraiva decidia não homologar o meu nome, juntamente com os da hoje advogada Ana Merelo e do hoje jornalista Luís Pinheiro de Almeida, impedindo-nos de tomar posse como membros da Direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. A nossa lista era já de recurso e a terceira eleita nesse ano lectivo, depois da demissão da direcção do recentemente falecido Manuel Roque (que foi presidente da RTP) e da não homologação em bloco, pelo mesmo ministro do fascismo José Hermano Saraiva, da equipa liderada pelo hoje advogado Arnaldo Matos. Como éramos três em cinco, a Direcção, presidida por José Eugénio Dias Ferreira, ficou bloqueada. Tudo isto feito por um ministro do fascismo que hoje jura à democracia que nunca teve relações com a polícia. E é tecnicamente verdade: os pides, no tempo dele, já não eram polícias – eram funcionários da Direcção-Geral de Segurança.

A verdade é que a «minha» ficha já poderia ter sido aberta um pouco antes, mas a imprecisão de um bufo e a ruminância da burocracia pidesca atrasaram as coisas – e ainda bem: em Junho de 1970, aquando do meu recrutamento militar, a burocracia da Pide ainda informava o Exército de que «nada consta em seu desabono», referindo-se a mim.

Na Força Aérea, só deram por mim como «politicamente suspeito» já eu estava lá à espera da promoção de cadete a aspirante como primeiro classificado na minha especialidade, num ano agitado em que o meu instrutor da recruta (igualmente primeiro classificado do seu ano), o alferes Freitas, se viu deportado primeiro para Moçambique e, a meio da comissão, transferido para Angola, numa das mais velhacas perseguições ad hominem perpetradas pelos responsáveis fascistas da Força Aérea. A mim limitaram-se a atrasar em cinco meses a promoção, o que levou Luís Coimbra, que foi membro do Governo AD pelo PPM e também meu instrutor na Ota, a denominar-me «o cadete eterno» e permitiu-me conhecer a coragem e honestidade do então coronel Brochado de Miranda, que arriscou a carreira mas desbloqueou a situação.

Na Força Aérea, só deram por mim como «politicamente suspeito» já eu estava lá à espera da promoção de cadete a aspirante como primeiro classificado na minha especialidade, num ano agitado em que o meu instrutor da recruta (igualmente primeiro classificado do seu ano), o alferes Freitas, se viu deportado primeiro para Moçambique e, a meio da comissão, transferido para Angola, numa das mais velhacas perseguições «ad hominem» perpetradas pelos responsáveis fascistas da Força Aérea. A mim limitaram-se a atrasar em cinco meses a promoção, o que levou Luís Coimbra, que foi membro do Governo AD pelo PPM e também meu instrutor na Ota, a denominar-me «o cadete eterno»

E porque é que eu fiquei «politicamente suspeito»? Porque, em Março de 1971, para o processo da minha promoção a aspirante, a 2.ª Repartição do Estado-Maior da Força Aérea pediu informações à Pide, como era hábito, e, de lá, veio uma nota lacónica, manuscrita: «É elemento suspeito. 19/3/71», seguindo-se um gatafunho como assinatura.

Quis o tenente-coronel Armando Augusto dos Santos Moreira, da 2.ª Repartição do EMFA,

MEMÓRIAS DE OUTROS TEMPOS

A Pide era estúpida

saber, em Junho, mais pormenores sobre a suspeição. Respondeu um pide, «a bem da Nação» e «pelo director-geral», que tinha a «honra de informar» que «o referenciado tomou parte no movimento estudantil de 1970». E que, «em 20 de Fevereiro do ano findo, tomou parte numa reunião clandestina do "Movimento de Oposição Democrática" efectuada no anexo da Igreja da Cova da Piedade, na qual foi tratado um encontro com o Sr. Governador Civil de Setúbal a fim de ser solicitada a abertura de "Postos de Recenseamento". O referenciado foi um dos "membros" do "M.O.D." que se encontraram com o Sr. Governador Civil».

Estes os meus «delitos». Mas aparte ser verdade que tomei parte no movimento estudantil de 1970, o resto é um chorrilho de imprecisões e disparates. Tudo porque um bufo, de cognome Brito, assim (mal) informou a Pide.

> Relatou o «colaborador "Brito"» àquele Posto de Vigilância que «no dia 20 de Fevereiro findo teve lugar mais uma reunião clandestina do "M.O.D." no anexo da "Igreja da Cova da Piedade". Nesta reunião foi tratado um encontro com o Sr. Governador Civil, a fim de ser solicitada a abertura de "Postos de Recenseamento".»

Está lá na «minha» ficha uma Informação n.º 47/70 de 1/3/1970 do Posto de Vigilância de Setúbal (reparem na produtividade bufa: nos primeiros 60 dias de 1970, o chefe do posto, Fernando José Waldeman do Canto e Silva, já tinha produzido 47 informações!).

Relatou o «colaborador "Brito"» àquele Posto de Vigilância que «no dia 20 de Fevereiro findo teve lugar mais uma reunião clandestina do "M.O.D." no anexo da "Igreja da Cova da Piedade". Nesta reunião foi tratado um encontro com o Sr. Governador Civil, a fim de ser solicitada a abertura de "Postos de Recenseamento".»

(Ou seja, era uma reunião «clandestina» para tratar de uma petição legal de abertura de postos de recenseamento para as eleições autárquicas, que julgo que acabaram por nem se realizar nesse ano…)

Segue a informação dizendo que «efectivamente encontraram-se com o Sr. Governador Civil o advogado Herculano Rodrigues Pires e os "membros" do "M.O.D." Peres Dinis, estudante de Direito, e Óscar Mascarenhas, estudante de engenharia».

(Esta simples troca de escolas do António Peres Dinis e minha haveria de dar origem a alguma correspondência, querendo a Pide que se investigasse quem éramos nós, o que só ficaria deslindado a 27 de Maio, pelo agente Elísio dos Santos Pires, isto é, mês e meio depois de a Pide já ter ido a minha casa! Ó bufo «Brito», já viste o sarilho que deu a tua falta de precisão na bufice?)

E diz mais a «informação» que «pelo Sr. Governador Civil foi-lhes dito que, após consultar o Sr. Ministro do Interior daria uma resposta, tendo-lhes já dado conhecimento do indefirimento (sic) do solicitado.»

(Para quem queira descobrir quem será tal bufo «Brito» aqui fica uma pista: no final da informação, o chefe do posto de vigilância diz que lhe foi entregue, pelo bufo, «um exemplar do jornal clandestino «A Voz dos Portuários», o qual lhe foi dado por Francisco António Sequeira, que o recebeu por sua vez do (sic) António Vizeu, todos eles já referenciados pelas suas actividades». Se ainda for vivo, pode Francisco Sequeira tentar recordar-se de a quem entregava «A Voz dos Portuários» para tentar localizar o tal «Brito» que, deduzo eu, seria portuário-bufo.)

Agora os factos: não houve reunião no anexo da Igreja da Cova da Piedade mas sim no escritório do dr. Herculano Pires, que nunca teve medo de as realizar ali, demais a mais para se tomar uma iniciativa às claras que era sermos recebidos pelo governador civil de Setúbal – e nenhum de nós era «membro» do MOD (Movimento de Oposição Democrática). Vejam só que o dr. Herculano Pires, o António Peres Dinis e eu éramos exactamente as três pessoas que mais nos opúnhamos a que a movimentação da CDE de 1969 se convertesse numa frente do tipo MOD: o dr. Herculano Pires porque era socialista, sempre o foi e nunca o escondeu e já estava filiado na ASP (Acção Socialista Portuguesa), que se transformou, três anos depois, em Partido Socialista; e o António Peres Dinis e eu porque defendíamos o modelo de democracia de base da CDE de Lisboa, extremamente rico politicamente mas bastante fora do controlo do PCP.

Não há, de facto, nada como a Pide para destruir a biografia de um cidadão! Porém, visto a esta distância, muito pior fez a Pide ao meu Pai – e à minha Mãe – e que conto noutro texto. O meu Pai morreu sem nunca o saber: a minha Mãe soube-o por mim, mas a impotência da sua revolta deu-lhe só para encolher os ombros. ■

oscar.mascarenhas@sapo.

LUSA - Arquivo

No imaginário de muitos portugueses, esta imagem do actual Hospital-Prisão de S. João de Deus está associada a crimes inomináveis cometidos pela Pide

Um «luso-indiano» rigorosamente vigiado

«NÃO SE METAM em política!» Este era o conselho milhares de vezes repetido que o meu Pai nos dava, à mesa do jantar, local certo para o patriarca da família sermonear os cinco filhos, todos nós baixando os olhos – e metendo-nos em política!

O meu Pai faleceu em 1984 e nunca soube que, afinal, ele foi, de todos nós, o mais fichado pela Pide. Encontrei, na Torre do Tombo, três dossiers com o nome dele: um, rotineiro, com todas as vezes em que a Pide informou nada ter em desabono do meu Pai, por ocasião das suas candidaturas a postos de trabalho como médico da Previdência; um segundo, que também se pode considerar rotineiro, em que é solicitada à Pide autorização, em Julho de 1973, para uma visita de turismo à União Soviética; um terceiro, sinistro e perverso, de que vos quero dar conta, trinta anos depois do 25 de Abril e 48 anos depois do ocorrido.

Sempre se sentiu português, o meu Pai, nascido em Goa de famílias cristãs lusófonas. Mais do que português, ele sentia-se europeu, a ponto de ter tentado entrar como oficial médico no Exército Britânico durante a II Guerra Mundial, no que foi impedido pelo meu Avô, num tempo em que a obediência aos pais era dogma. O meu Pai nunca se tentou a sentir-se indiano e, em relação a Goa, Damão e Diu, as suas convicções oscilavam entre a independência ou outra forma de autonomia ligada a Portugal ou a manutenção no quadro de um Portugal multicontinental. Goa integrada na Índia é que não o entusiasmava. E é dentro deste quadro de convicções que o meu Pai chegou a ser presidente da Câmara de Damão e até veio a Portugal numa «embaixada» colonial homenagear Oliveira Salazar pelos 25 anos do seu consulado.

> O meu Pai faleceu em 1984 e nunca soube que, afinal, ele foi, de todos nós, o mais fichado pela Pide. Encontrei, na Torre do Tombo, três dossiers com o nome dele: um, rotineiro, com todas as vezes em que a Pide informou nada ter em desabono do meu Pai, por ocasião das suas candidaturas a postos de trabalho como médico da Previdência

A seguir à Guerra Mundial, o meu Pai era tudo menos desafecto ao regime, mas compreendeu bem cedo os ventos da História: desde os incidentes de Dadrá e Nagaraveli que percebeu que, mais ano, menos ano, a Índia apossar-se-ia de Goa – e ele não queria estar presente. Por isso, em 1955-56, veio sozinho para Portugal – deixando em Goa a mulher e quatro filhos, o quinto já nascería em Lisboa – para «repetir» o seu curso de Medicina, já que a sua licenciatura britânica não lhe permitia exercer a profissão em Portugal. Nesse ano lectivo, que passou em Coimbra, foi rigorosamente vigiado pela Pide, nos seus movimentos e na sua correspondência. Todas as cartas de minha Mãe para ele foram abertas e lidas e, como ela lhe escrevia em inglês, sua língua de berço apesar de portuguesa de nascimento, elas eram traduzidas por um chefe de brigada, um tal António Gonçalves Dias, um pouco mais letrado do que os outros pides.

A 4 de Janeiro de 1956 começa a perseguição: de Lisboa, a Pide oficia para o inspector de Coimbra que «constando que o luso-indiano António Peregrino Mascarenhas, médico, que se encontra nessa cidade, a repetir o respectivo curso, está em ligação com elementos desafectos à so- ▶

Um «luso-indiano» vigiado

berania portuguesa no Estado da Índia, digne-se V. Ex.ª proceder às necessárias averiguações, em especial, à verificação das correspondências». O ofício ainda advertia, com pidesca gentileza, que «o indivíduo em causa já exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Damão, sendo tido na altura como pessoa de confiança política do Governo da citada província ultramarina portuguesa».

(Mas, claro, nunca fiando em «indivíduos luso-indianos» quando saem da «citada província ultramarina portuguesa»: «luso-indiano» em Coimbra passa imediatamente a suspeito!)

Diligente, o inspector de Coimbra, em nome do director, José Barreto Sacchetti, requereu ao Chefe da Circunscrição da Beira Litoral dos Correios, Telégrafos e Telefones que se dignasse «autorizar a verificação correspondência dirigida ao médico António Peregrino Mascarenhas, residente nesta cidade, na Rua de Santa Teresa, n.º 33», claro «a Bem da Nação». Além do mais, eram citados despachos do ministro das Comunicações de 31 de Março de 1953 e de 8 de Fevereiro de 1955 a autorizar a devassa de correspondência.

A 30 de Janeiro, o agente José do Amaral Tavares Adão dá conta da vigilância que manteve desde o dia 11 (o dia de aniversário do meu Pai): «Não foi assinalada qualquer ligação ao indivíduo em epígrafe», escreve o pide, especificando: «Serve-se do automóvel G.3274» (era um Hillman que o meu pai trouxera de Goa)

A 30 de Janeiro, o agente José do Amaral Tavares Adão dá conta da vigilância que manteve desde o dia 11 (significativamente, o dia de aniversário do meu Pai): «Não foi assinalada qualquer ligação ao indivíduo em epígrafe», escreve o pide, especificando: «Serve-se do automóvel G.3274 (era um Hillman de quatro portas e quatro lugares que o meu pai trouxera de Goa, volante à direita, facilmente identificável em Coimbra) para se deslocar da sua residência (…) para a Faculdade de Medicina, não se tendo assinalado a referida viatura fora de qualquer destes locais.»

A 1 de Fevereiro, o agente 212/88 diz que «não foi encontrada qualquer correspondência de interesse a esta Polícia». Nesse mesmo dia, o agente 207/63 responde a perguntas que lhe são dirigidas sobre o meu Pai, referido como médico pela Escola Médica de Goa, o que não é verdade, já que ele se licenciara em Bombaim: «Saber quais as cadeiras ou exames que pretende fazer (onde está matriculado); se frequenta aulas na Universidade ou nos Hospitais e se lhe são conhecidas ligações políticas nos meios que frequenta.» Responde o pide declinando a identidade completa do meu Pai, sua filiação, residência, estado civil, e identifica correctamente a formatura em Bombaim e o número do bilhete de identidade passado em Lisboa. Diz que o indivíduo meu Pai está a estagiar na enfermaria do «Exm.º Professor Snr. Dr. Vaz Serra», que tem um automóvel preto tal e tal e que «não lhe são conhecidas quaisquer actividades políticas ou ligações duvidosas nos meios que frequenta, até à presente data. No entanto, continua a ser vigiado para tal fim.» Não vá o diabo do indivíduo luso-indiano tecê-las…

O facto de o meu Pai ter estagiado com o «Exm.º Professor Snr. Dr. Vaz Serra» funcionou com um manto protector, pelo que se deduz do relatório do inspector de Coimbra ao director da Pide, de 3 de Fevereiro: «A circunstância do (sic) António Mascarenhas estagiar na enfermaria do Professor Doutor Augusto Pais da Silva Vaz Serra é quase uma garantia de que, politicamente, nada consta em seu desabono, pelo menos, no meio académico.» Quem não fica nada bem no retrato é o prof. Vaz Serra: aos olhos da Pide, ele só deixaria exercer medicina aos estagiários que não se revelassem desafectos ao regime…

Seguem-se uma série de informações em que se diz que foram interceptadas e lidas cartas da minha Mãe para o meu Pai, lidas e traduzidas pelo pide Gonçalves Dias, todas elas «sem interesse para esta Polícia». Mas já a 17 de Fevereiro, os Serviços de Censura da Pide informam que o meu Pai recebeu três cartas e um convite. As cartas: uma da minha Mãe, que «nada continha de interesse para esta Polícia», outra de uma minha tia-avó, igualmente «sem interesse» e uma terceira de um amigo da família, Higino da Cunha, pai do advogado Rui Cunha, com brilhante carreira em Macau. Esta carta, além de devassada, teve pedaços transcritos no relatório pidesco, pela simples razão de citar nomes de militares.

O relatório do pide 212/88 diz que «este indivíduo» (Higino da Cunha) «principiava a carta por descrever a sua grande doença do coração e respectivo tratamento a fazer para, depois, falar sobre outro assunto que a seguir transcrevo a V. Ex.ª: "Não creio que o major Artur Cabral Carmona tenha vindo ainda a Damão: Mas segundo ouço dizer, não deve tardar. Quanto ao Magalhães Correia [governador cessante] não percebo a atitude um pouco bélica que tomou também connosco. Tendo eu esquecido de enviar o cartão de boas festas pelo Natal enviei um telegrama. Mas o certo é que regressou à Metrópole não tendo escrito a ninguém. Nem resposta ao telegrama de boas festas tive. Assim também se queixa toda a gente. Parece que com a atitude que tomou quer esquecer toda a convivência dos oito anos passados em Damão. Enfim a razão ninguém sabe."»

O «indivíduo luso-indiano» pôde, enfim, concluir o seu curso de Medicina, trazer a família para Portugal e, não por ele, mas pelo que foi vendo acontecer aos seus filhos e às pessoas humildes à sua volta, em Almada, foi-se tornando cada vez menos afecto ao regime, até que o 25 de Abril lhe apareceu como uma imensa alegria. Se tivesse sabido como o espiaram na sua intimidade, mais depressa ficaria desafecto. Em qualquer caso, saboreou dez anos de Liberdade.

O amigo do meu Pai ainda continuou a ser transcrito no relatório na parte que dava conta dos preços agrícolas locais e de que tinha visto os três primeiros filhos do meu Pai a passearem no Chevrolet do meu Avô, o que, pelos visto, interessou à Pide…

Quanto ao convite que o meu Pai recebeu era da Casa de Inglaterra, em Coimbra, para uma conferência sobre Charles Dickens, pelo Mr. C. Grandy, primeiro-secretário da Embaixada. O pide deve ter ficado intrigado sobre quem seria o indivíduo Charles Dickens…

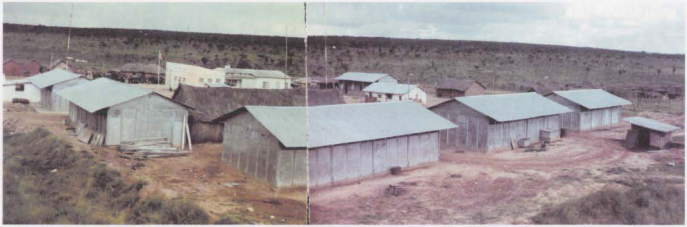
A partir de Fevereiro, começam a ser mais espaçadas as informações, mas todas as cartas continuaram a ser devassadas, incluindo uma circular do Clube de Cinema de Coimbra.

Os documentos que se seguem – dez – são todos referentes a cartas, até que José Barreto Sacchetti oficia, a 30 de Julho de 1956, que «não têm sido notadas a António Peregrino Mascarenhas quaisquer actividades suspeitas nem ligações com indivíduos politicamente desafectos e pela correspondência que tem recebido também nada de anormal se tem verificado».

O «indivíduo luso-indiano» pôde, enfim, concluir o seu curso de Medicina, trazer a família para Portugal e, não por ele, mas pelo que foi vendo acontecer aos seus filhos e às pessoas humildes à sua volta, em Almada, foi-se tornando cada vez menos afecto ao regime, até que o 25 de Abril lhe apareceu como uma imensa alegria.

Se tivesse sabido como o espiaram na sua intimidade, mais depressa ficaria desafecto. Em qualquer caso, saboreou dez anos de Liberdade. ■

O.M.



Companhia de Caçadores 1331/71

JOSÉ MANUEL DA GRAÇA DIAS

SENDO UMA COMPANHIA de intervenção territorial, do Regimento de Infantaria 22, com sede em Sá de Bandeira, hoje Lubango, a CCaç.1331/71, teve um período de existência de cerca de dois anos, com uma Instrução de Aproveitamento Operacional (I.A.O.) na Jamba, sob o comando do capitão Malta de Silva. Entretanto, por falecimento deste oficial, o comando da Companhia passou para o então capitão Fernando Manuel VanZeller Gomes da Silva, hoje engenheiro agrónomo.

Colocada em 1971, em Cassamba, a 270Km, a Leste do Luso, sob o comando do então capitão Gomes da Silva, a CCaç1331/71 teve na Zona Leste três tipos de missão operacional: efectuar segurança às colunas de abastecimento dos diversos quartéis do percurso entre o Luso (hoje Luena)e Cangamba, algumas centenas de quilómetros a Leste de Cassamba; ocupação territorial de Cassamba, zona dos Luchazes, e protecção desta zona e área circundante; operações de cêrca de quatro–cinco dias, alternadamente dos quatro pelotões, sob o comando respectivo dos então alferes Adalberto Mota, (1.º pelotão), Vasco Nóbrega da Costa (2.ºpelotão), José Manuel Portugal (3.ºpelotão) e José Manuel da Graça Dias (4.º pelotão).

Estas missões eram complementadas por um apoio ao batalhão do Lucusse (onde esteve colocado o então alferes Portugal), e apoio militar aos serviços da Junta Autónoma de Estradas) nos rios Luzi e Luvuei (Serração), por responsabilidade dos outros três pelotões.

As relações de amizade dos oficiais com os furriéis (Pinto Júnior, Cangumbe, Chicossi, Piedade, José Augusto, Noé Gaspar Júnior, Júlio Dias, Osvaldo Jesus Serra Van Dunen, Soares, Galambas e outros, entre os quais, Carvalho, responsável pela manutenção do parque auto, e Martiniano/Tino, furriel vagomestre) e com dezenas e dezenas de praças (de diversas raças) foram, não obstante as relações de disciplina autêntico cimento solidário da companhia. *Last but not least*, estavam os dois sargentos da companhia, Ivo e Morais.

Em 1972, deslocámo-nos, oficiais, sargentos, furriéis e praças, para Zenza do Itombe, no Norte de Angola, ficando aí dependentes do batalhão de Salazar (hoje Dalantano), operacional e administrativo-financeiramente, enquanto no Leste estávamos dependentes do batalhão do Lucusse. Aqui, as missões estavam enquadradas numa área mais restrita e tínhamos como adversário o MPLA, enquanto a Leste tínhamos a UNITA. Aqui os quatro pelotões deram apoio operacional à companhia do Golungo Alto, do batalhão de Salazar. Na zona Norte as missões eram às vezes enquadradas por um batalhão do Grafanil de Luanda. Durante uma das operações, faleceram com minas antipessoais o furriel Júlio Dias, e soldado Justino Bambi, participando a nossa companhia, no seu quinhão do lado trágico da guerra do Ultramar. Entretanto, o então capitão Gomes da Silva, cujo dinamismo e generosidade também tonificavam a nossa Companhia de Caçadores, foi substituído em finais de 1972 pelo capitão Martins do Quadro Especial de Oficiais.

Uma referência especial à presença periódica da Maria Teresa Gomes da Silva(esposa do então capitão Gomes da Silva) e à Margarida Dias (esposa do então alferes Graça Dias), cuja actividade suavizava o ambiente masculino do serviço militar, responsável pelas aulas de alfabetização dos soldados nomeadamente negros da Companhia. Uma outra referência ao sr Ventura, comerciante de CaboVerde, de Cassamba, dono do restaurante Zita, na Costa da Caparica, onde nos reunimos, os presentes no Continente, anualmente em Junho. A "passagem à peluda", isto é o retorno à vida civil, é comemorada nestes almoços, bem como toda a experiência de vida em comum de alguns anos

Finalmente um conjunto de recordações, entre as quais o lema – emblema Paz de Ouro - com uma cerveja Cuca, as célebres rações de reserva, alternadas por alguns petiscos de caça, e um conjunto de processos de averiguação e disciplinares, dos quais fomos uns e outros instrutores e/ou testemunhas e/ou arguidos, as Transmissões elemento importante nas nossas comunicações, e o armamento, nomeadamente as G3 constituem elementos da cultura da CCaç1331/71, a Paz de Ouro. O vinte e cinco de Abril de 1974, veio dar um novo sentido a esta experiência colectiva ,onde o conjunto de contactos entre uns, mais politizados, com outros menos politizados, veio a ensinar a uns e outros, alguns dados novos na sua vida. Extinta em 1973, a CCaç.1331/71 foi mais um passo da Guerra Colonial,cuja experiência ocasionou o Movimento dos Capitães, autor do 25 de Abril de 1974. ■

A GUERRA EM ÁFRICA, 1961/1974

Teatros de Operações de Angola, Guiné, e Moçambique

MELO PARENTE

1. Considerações prévias

Este artigo, tem por base um texto por mim elaborado em Fevereiro de 1999, para a remodelação das salas do Museu Militar de Lisboa e dedicadas a este tema.

Parece-me hoje útil recordar aos leitores de *O Referencial* estes eventos, tão caros à minha geração, passados 30 anos do 25 de Abril de 1974.

Para alguns leitores não trará nada de novo, para outros, para os mais novos, e para algumas "amnésias" que por aí andam, será sempre útil recordar datas, dados estatísticos e geográficos e, principalmente, a cronologia dos acontecimentos.

Parece ponto assente que a guerra que Portugal travou em África entre 1961 e 1974, nos teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, constitui o evento mais importante da História de Portugal naquele final do Século XX.

Com o progressivo distanciamento histórico, já não será muito cedo para um juízo menos apaixonado daquele período. Trinta anos em história, dirão que não é nada de significativo, mas para a minha geração que tomou parte dos acontecimentos, estamos a falar de cerca de um milhão de portugueses, arrisco-me a afirmar que é! Outros mais tarde o confirmarão ou não!

2. Antecedentes

No Sec. XX a Segunda Guerra Mundial de 1939-1945, criou as condições fundamentais para o reconhecimento dos sentimentos nacionalistas nas colónias ou províncias ultramarinas, das potências europeias.

Os exércitos vencedores, tinham no seu seio milhares de combatentes oriundos das colónias de África e do Oriente. As vitórias fulgurantes do Japão no Extremo Oriente, sob o domínio dos europeus, criaram condições para a formação do sentimento moderno do nacionalismo.

Assim, as grandes potências vencedoras da segunda Grande Guerra, EUA e URSS, com a disputa das zonas de influência, apoiaram a formação dos movimentos independentistas nos territórios coloniais das potências europeias.

A Conferência de Bandung em 18/04/1955, em Java, constituiu um marco fundamental para os países chamados "não alinhados" afirmarem as reivindicações do terceiro-mundo.

Os "ventos da história" sopravam a favor das aspirações dos povos colonizados. Primeiro no Extremo Oriente, depois no Norte de África, Médio Oriente e finalmente na África negra.

Assim, em 1947 é a independência da Índia Inglesa, em 1949 é a independência da Indonésia, em 1960 foram as independências do Senegal, Nigéria, Congo Belga e Congo Francês. Em 1964 foi a independência da Zâmbia.

Recordamos aqui as principais etapas não esquecendo outros casos como a África do Sul e Rodésia que merecem um estudo especial.

Em trinta anos o mundo alterou-se profundamente com os movimentos de descolonização.

Portugal foi efectivamente a primeira potência colonizadora da Era Moderna: 1415, Conquista de Ceuta; 1434, Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador; 1450, Diogo Gomes e outros chegam à Guiné; 1483, Diogo Cão atinge o Rio Congo; 1487, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança; 1498, Vasco da Gama chega a Moçambique, Mombaça e Melinde.

Foi também a última potência a negociar soluções que conduziram à independência dos seus territórios de África.

Cingimo-nos aqui só a África, pois isso é o tema destas linhas, mas recordam-se os outros territórios do Oriente, da Oceânia e naturalmente do Brasil.

3. Cronologia e dados estatísticos

Vamos recordar a cronologia e alguns dados estatísticos dos Teatros de Operações em questão. Principalmente dados dos acontecimentos iniciais e evolução crescente dos efectivos militares.

Angola. Os acontecimentos da baixa do Cassange, em Janeiro de 1961, pode considerar-se o reflexo da agitação já latente no território.

Em 4 de Fevereiro de 1961, iniciou-se a luta armada com o assalto ao quartel da Polícia Móvel e Casa Reclusão em Luanda (MPLA e outros).

Em 15 de Março tiveram lugar as acções violentas nas fazendas do norte (UPA, FNLA).

Em 2 de Maio de 1961 (após as tentativas goradas de Botelho Moniz) chega o primeiro grande contingente expedicionário português, via marítima a Luanda.

Em Fevereiro de 1966 o MPLA abre a Frente Leste no Moxico.

No final de 1961 os efectivos militares em Angola eram de 37.477 (5.000 do recrutamento angolano).

Em 30 de Setembro de 1973 os efectivos eram de 65.992 militares (27.819 do recenseamento angolano).

Guiné. Em 1961 o MLG efectua a primeira acção de intimidação da população em S. Domingos, Susana e Varela. Estes acontecimentos causaram a fuga de muitos naturais para a República da Guiné e para o Senegal. (A 3 de Agosto de 1959 em Pigidguiti há uma greve de estivadores que foi reprimida violentamente. O MLG e PAIGC reivindicam as responsabilidades por este incidente grave, por isso o incluímos neste período).

Em 1963 o PAIGC executa a primeira acção contra as N.T. no ataque ao aquartelamento de Tite. Em 1964 é atacado o Guilege. Em 1973, com início de utilização dos mísseis terra-ar, o PAIGC atingiu o auge da sua actuação, tornando difíceis os movimentos dos nossos meios aéreos e correspondentes operações terrestres das N.T. Em 1961 os efectivos na Guiné eram de 4.736 homens (1.000 do recrutamento local). Em 1964, os efectivos eram de 15.195 homens, dos quais 2.321 eram do recrutamento guineense. Em 30 de Setembro de 1973, os efectivos eram de 32.035 metropolitanos e de 6.425 guineenses.

Moçambique. A subversão violenta tem início no segundo semestre de 1964. Em Agosto é assassinado um padre da Missão Nangololo, acção atribuída a MANU.

Em 25 de Setembro a FRELIMO ataca o posto administrativo do Cobué junto ao lago Niassa.

Em fins de 1965 a COREMO inicia as actividades bélicas em Zambué e Zumbo, distrito de Tete.

No final de 1970 um grupo da FRELIMO atravessou o Rio Zambeze para o Sul.

Em 31 de Dezembro de 1961 os efectivos militares em Moçambique eram de 11.209, (3.000 do recrutamento local)

Em 31 de Dezembro de 1964, os efectivos eram de 18.049 (7.917 do recenseamento moçambicano).

Em 30 de Setembro de 1973 os efectivos eram de 51.463 (25.572 do recrutamento local)

4. Fontes e números

Os dados estatísticos acima referidos foram colhidos na altura, Fevereiro de 1999, em publicações oficiais e obras de autores mencionados na bibliografia, que me merecem a maior credibilidade quer pela sua idoneidade intelectual, quer ainda por terem "estilos" muito diferentes de tratar estes temas.

Merecem ser recordados e sublinhados, a meu ver e ainda, estes pontos.

Os efectivos militares em Angola e Moçambique foram aumentando quase exponencialmente de 1961 a 1973. O montante dos militares no recenseamento ou recrutamento local foi aumentando em proporção.

Em 1973, cerca de metade dos efectivos eram constituídos por angolanos e moçambicanos. Na Guiné chegaram a atingir 20%.

Quero concluir com isto que o empenhamento na Guerra de África foi em efectivos do recenseamento nacional. Não se pode dizer que foi um Exército da Metrópole que se empenhou numa "Guerra Colonial". Será que os efectivos de Angola, Moçambi-

que e Guiné não faziam parte das N.T.? Por isso e pela carga, a meu ver, pejorativa, daquela designação prefiro usar "Guerra em África 1961-1974".

Claro que havia um governo fortemente centralizado e totalitário em Lisboa com uma visão de África distorcida e utópica. Mas a realidade dos números é esta, por muito que se queira enviesar o assunto.

Recordo as Companhias dos Regimentos da Guarnição de Angola e Moçambique (não conheço a Guiné) em missões nas zonas de operações em Centros de Instrução e também constituindo forças especiais. Os seus efectivos incluindo quadros eram cerca de 80% do recrutamento local.

As Forças Portuguesas nos três teatros de operações atingiram em 31 de Dezembro de 1973, 149.090 homens! (43,4% de Angola, 53,6% de Moçambique e 20,1% do recrutamento da Guiné).

Os mortos em combate nos três teatros de operações durante a campanha de 13 anos foi de 4 027 militares. Destes 23% eram dos recrutamentos locais e 77% das tropas metropolitanas.

O número total de mortos por todas as causas (combate, acidente, doença, etc.) nos três teatros no período em causa foi de 8 290. Deste total 5797 eram do recrutamento da Metrópole e 2443 dos recrutamentos locais.

5. Análise comparativa

Com excepção dos franceses na Argélia, nenhuma campanha de contra insurreição, guerrilha, foi levada a cabo em território tão vasto como aquele que os portugueses enfrentaram em Angola, Guiné e Moçambique.

A campanha na Indochina durou de 1945 a 1954, a de Argélia de 1954 a 1962, do Vietname de 1956 a 1976 e do Afeganistão de 1979 a 1988.

Nenhuma campanha durou tanto tempo e em teatros de operações separados por milhares de milhas. Recorde-se que, e perdoem-me os leitores mais geograficamente atentos que: de Lisboa a Bissau são 1800 milhas marítimas, a Luanda são 3950, ao Maputo são 6230 milhas.

De Lisboa a Bagdad são cerca de 4000 milhas!

Todos nos recordamos que a Guiné é cerca de metade da área de Portugal, Angola é 14 vezes maior e Moçambique 7 vezes.

O Exército Português, melhor as Forças Armadas Portuguesas, sem guerra desde 1914/1918, entenderam bem a lição com as lutas e etapas que se sucediam. Adoptaram progressivas soluções com notáveis êxitos e realizações sócio-económicas. Aperfeiçoaram o seu singular modo de luta e organização logística e administrativa.

Não nos competia desenvolver uma solução política, não obstante as possíveis soluções repetidamente sugeridas ao poder.

LUSA – Arquivo

Infelizmente o poder político não soube aproveitar posições ganhas com tanto custo, invulgar talento, recusando-se sempre a chegar a acordo com os revoltosos, o que ao longo da história sempre se fez.

Soube-se mais tarde, pelo menos o grande público, das tentativas de conversação sobre a Guiné no governo do Prof. Marcelo Caetano, já sobre a pressão da vertigem que se aproximava. (Em 25 e 26 de Março de 1974 o Dr. José Vilas Boas reuniu-se com elementos do PAIGC em Londres, foi marcada nova data para 5 de Maio!).

O Eng. Jorge Jardim na sua obra "Moçambique terra queimada" publicada em 1976, descreve as tentativas de conversação a que chamou "Programa de Lusaka".

São conhecidas as iniciativas de diálogo com o PAIGC, do Gen. Spínola, ainda como Comandante Chefe da Guiné e da correspondência que teve com o Pres. Shengor, sempre proibidas pelo poder central.

Aconselho ainda os leitores a lerem a correspondência do Gen. Santos Costa ao Prof. Marcelo Caetano (que está publicada) em que preconiza outras soluções e conversações. São dele as expressões "com vinagre não se apanham moscas" e "não se convence ninguém no mundo que as províncias de Angola ou Moçambique são iguais às províncias da Beira ou do Alentejo". (Cito de memória estes excertos de cartas de 1969).

6. À guisa de conclusão

Não faltam hoje, infelizmente profetas da desgraça, neste síndroma pessimista que nos rodeia, que continuam a manipular demagogicamente dados, acontecimentos e situações!

Não faltam hoje opiniões, planos, visões e soluções que ficaram na gaveta!

O que é certo é que o poder político, até Abril de 1974, não soube aproveitar apesar de tudo, condições favoráveis para uma solução política e diplomática como se impunha.

Portugal, melhor as suas Forças Armadas, repete-se, levaram a cabo em três frentes de combate, fortemente descontínuas, numa longa luta de treze anos, desgastante e difícil com avanços e recuos, mas que criaram mais do que uma vez condições favoráveis a outra solução. Objectivos militares foram atingidos com esforço hercúleo.

Foi o seu golpe militar, minuciosamente executado com a experiência das campanhas de África que em 25 de Abril de 1974 obrigou o novo poder político a chegar a acordo numa solução já muito tardia!

Em História a verdade nunca é exacta nem definitiva. Tentei que este meu texto fosse cauteloso se bem que opinativo, baseado em dados já publicados e na minha experiência pessoal de uma vida militar que vem desde que em Abril de 1959 desembarquei em Goa e meses depois fui destacado numa Companhia para Timor. Estive em Angola em duas comissões e também num mesmo período em Moçambique, de onde regressei a Lisboa em Março de 1975.

Faço minhas, se me permitem, as palavras do coronel David Martelo nas suas *Mágoas do Império*: "Também nós sentimos profunda mágoa pela maneira como se encerrou o ciclo do Império".

Mas quero terminar como umas palavras optimistas e, naturalmente, muito sinceras.

Somos uma Nação com nove de séculos de História. Hoje, como sempre, há conflitos, guerras em que as nossas Forças Armadas interveem em missões internacionais no contexto político e estratégico do Séc. XXI.

Faço votos que o seu espírito de missão seja mantido na frente, mas que, na retaguarda não lhes falte o apoio! ■

Bibliografia: Resenha Histórica Militar das Campanhas de África - CECA-EME, Gráfica Beira Douro, Lisboa, 1988; Subsídios para o Estudo da Doutrina Africana nas Campanhas de África (1961-74) - CECA-EME, Gráfica Penteado, Lisboa, 1998; AFONSO, Aniceto, Diário da Liberdade, Editorial Notícias/Axs. 25. A, Lisboa, 1995; CANN, J. P., Contra Insurreição em África (1961-1974), Ed. Atena, Lisboa 1998; GUERRA, João Paulo, Memórias das Guerras Coloniais, Textos 2/3, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1993; McQUEEN, Norrie, A Descolonização da África Portuguesa, Editorial Inquérito, Lisboa, 1998; MARTELO, David, As Mágoas do Império, Edições Europa-América, Mem-Martins, 1998; MATOS GOMES, Carlos, AFONSO, Aniceto, Guerra Colonial, Diário de Notícias, Lisboa, 1998.

Relatório Anual da Direcção (ano 2003)

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento Interno, a Direcção apresenta à Assembleia Geral o Relatório da sua actividade e contas referentes ao ano de 2003.

Apesar deste relatório se referir à actividade de 2003, decidimos incluir alguns elementos referentes a 2004 (sócios admitidos, sócios falecidos, etc.).

No mesmo se incluem, como é já hábito, as actividades da responsabilidade das várias Delegações e Núcleos da A25A.

A. COMEMORAÇÕES DO XXIX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Tal como já esperávamos tivemos mais um ano de comemorações de menor intensidade.

Consideramos que, nas circunstâncias existentes, se continuou a comemorar condignamente o 25 de Abril.

Comemorações próprias

a) Nacionais

1) Emissão de medalha da autoria do nosso associado José Fernandes.
2) Emissão de cartaz e autocolante também da autoria do nosso associado José Fernandes.
3) Tradicional jantar-convívio, no dia 24 de Abril, que reuniu nas instalações da Brigada Ligeira Independente em Coimbra, cerca de duzentos associados, familiares e amigos.
4) Corrida da Liberdade, em Lisboa, numa organização conjunta com a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, da Câmara Municipal de Lisboa e da Câmara Municipal de Odivelas.
5) Festa Jovem, no Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, numa organização conjunta com a Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Ginástica, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.
6) Comemorações populares, em organização conjunta com vários partidos políticos e elementos independentes que, mais uma vez, constituíram a Comissão Promotora das Comemorações Populares.
7) Exposição da obra escultórica de José Aurélio, patente de 1 a 30 Abril no Fórum 25 de Abril e inaugurada pelo Senhor Presidente da República.

b) Norte (da responsabilidade da Delegação do Norte)

Algumas iniciativas que gostaríamos de ter levado a cabo não puderam ser organizadas por falta de recursos financeiros próprios e da Câmara Municipal do Porto que também não os disponibilizou. Em contrapartida, a autarquia forneceu algum apoio logístico a iniciativas da comissão organizadora das Comemorações Populares da cidade do Porto, também por nós integrada. Destas iniciativas conjuntas tiveram especial significado e relevância a homenagem aos Resistentes Anti-Facistas, junto às instalações da ex-PIDE/DGS (actual Museu Militar do Porto) e o Desfile Cívico que partindo desse mesmo local e integrando largas centenas de pessoas, se deslocou até à Baixa portuense, onde em tribuna colocada junto aos Paços do Concelho, um representante nosso leu a mensagem da A25A. O mote escolhido para as Comemorações foi: PAZ – DEMOCRACIA - JUSTIÇA SOCIAL que ilustrou o cartaz divulgador das mesmas, bem como os programas distribuídos.

Tiveram lugar, na baixa portuense, espectáculos na noite de 24 e tarde de 25.

Pela primeira vez a Associação montou um stand de divulgação e venda dos nossos artigos, nesse local.

Também sócios nossos, dirigentes ou não, estiveram presentes em representação da nossa Associação em vários locais no norte do país, onde se comemorou Abril e para tal fomos convidados

c) Centro (da responsabilidade da Delegação do Centro)

Dia 24 de Abril
- Concerto encenado comemorativo do 25 de Abril no Teatro Académico Gil Vicente: "O primeiro dia"

Dia 25 de Abril
- 19H00: Sessão solene no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 20H00: Inauguração da exposição "Uma semana que libertou Portugal" no átrio de acesso à biblioteca do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.
- 21H00: Jantar comemorativo, seguido de convívio, no Aquartelamento do Comando da Brigada Ligeira de Intervenção

Dia 3 de Maio
- 1ª sessão do Observatório da Democracia, organizada pela A25A, no Palácio de S. Marcos, sobre o tema "A relação dos Portugueses com o voto. A lei eleitoral. A abstenção. Os novos modelos de voto – o televoto. As outras formas de participação intercalar; os referendos, as petições... "

Dia 11 de Outubro
15H00: Encerramento do Congresso "Literaturas africanas" em Língua Portuguesa, 5 Povos, 5 nações, com 3 mesas redondas para debate do tema: " O 25 de Abril e a construção da Lusofonia: uma perspectiva cultural".

Outras Comemorações

a) Foi a A25A solicitada para participar em comemorações organizadas pelas mais diversas entidades, sediadas em Portugal, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, e no estrangeiro: autarquias, associações diversas, bibliotecas, comissões populares, estabelecimentos de ensino público e privado dos diversos graus de ensino, editoras, sindicatos, partidos políticos, etc.
Tendo-se tornado impossível responder afirmativamente à totalidade dos muitos pedidos recebidos, foram enviadas mensagens a quem solicitou a nossa presença.
Salientemos os convites recebidos do estrangeiro, para além do já mencionado da nossa Delegação no Canadá:
Association Les Amis du 25 Avril (Luxemburgo) – esteve presente o Cap. Frias Barata;
Area Iberica em Gijón – esteve presente o vogal da Direcção Aprígio Ramalho;
Semana Cultural «Portugal em Abril» (dias 9, 10 e 11 de Abril) em Saragoça – estiveram presentes o presidente da Direcção e o vogal Aprígio Ramalho.
b) Continuou a cedência de materiais a diversas entidades destinados à organização de exposições comemorativas do aniversário do 25 de Abril. Foram cerca de trinta os pedidos feitos por autarquias, escolas, associações, etc. e atendidos.
c) Para além dos convites, refiram-se também as saudações recebidas, de Portugal e do estrangeiro, oriundas fundamentalmente de autarquias.
d) Apoio, pela Delegação do Norte, ao jantar de oficiais residentes no Norte, no Hotel da Penha, em Guimarães.
e) Em 23 de Outubro, o nosso consócio José Fontão participou, em representação da A25A, nas Jornadas Transfronteirizas no âmbito das Jornadas sobre Cooperación Transfronteiriza con Portugal.

B. SEDE

Como afirmámos no Relatório de 2002, a existência da nova sede, sendo uma enorme mais valia, constituía também um enorme desafio.

Passado mais um ano, podemos afirmar que as perspectivas têm vindo a realizar-se, ainda que continuemos a desejar mais e melhor.

Temos conseguido dinamizar o espaço da sede, ali realizando ou permitindo que se realizem diversas actividades de natureza cultural.

Mudou entretanto o concessionário do restaurante/bar.

A PRO-25 cessou actividades, pelo que terminou o acordo que tinha com a A25A, seja no âmbito do «marketing» e venda de produtos, seja da exploração do restaurante/bar.

No que se refere a este, torna-se indispensável um esforço dos associados, quanto a uma maior frequência. Só assim se conseguirá manter aberto, e com boas condições, um restaurante para os associados e convidados.

C. OUTRAS ACTIVIDADES

1. Observatório da Democracia

Ao comemorar os vinte anos da Associação 25 de Abril, propusemonos encetar uma nova etapa de relacionamento com os nossos associados e com o País, procurando alargar o universo de influência dos valores da Democracia e da Liberdade. Assumimos como inequívoco que estes valores não são, nunca, um dado adquirido, como não são imutáveis ou cristalizados. São valores que diariamente se tornam mais ricos e complexos. Os traços de contemporaneidade, como a rapidez das comunicações, a Internet, a globalização, a liberdade de circulação de pessoas e capitais ou a (in)segurança, introduzem volatilidade constante nos paradigmas dos direitos, liberdades e garantias. Diariamente eles são questionados e assaltados por novas demandas. A democracia e a liberdade que temos, sendo agora património de todos, tem que ser objecto de crítica e conquista com o empenho, a imaginação e a energia que caracterizaram o seu acto fundador.

Entendemos por isso oportuno lançar em 2003 uma reflexão crítica sobre o estado da nossa Democracia. Para tanto criámos o "Observatório da Democracia", pretendendo promover reflexão e debate que abrisse caminho à realização do "1.º Congresso da Democracia Portuguesa", a realizar a 11 e 12 de Novembro 2004 no âmbito das comemorações do 30.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

Esta iniciativa consiste na reunião de um grupo heterogéneo de quarenta personalidades que representam diversos pontos de vista sobre temas de relevância para a saúde do nosso sistema democrático. Pessoas oriundas de diferentes regiões do País, de diferentes famílias político-partidárias, de diferentes géneros e idades e até de diferentes formações académicas.

A A25A sublinha o seu papel de ONG – organização não governamental – vocacionada para promover reflexão independente e fundamentada nos domínios da Liberdade e Democracia e realizar um conjunto de encontros com pessoas de reconhecido valor nas diferentes áreas de modo a promover a reflexão. O resultado do debate já realizado e dos outros a realizar no futuro deverá ser tornado público, em suporte papel e digital, de acesso fácil e universal, pelo menos em língua portuguesa, de modo a poder dar um contributo, a quem nos demande, sobre os valores maiores que defendemos. Procurámos uma reflexão séria e fundamentada, alternativa e complementar às conclusões apriorísticas e fáceis que dominam diversos círculos de comunicação e decisão, fomentando o espírito crítico e a formação de opinião assente em rigor factual e diversidade de pontos de vista.

No dia 3 de Maio de 2003 inaugurámos os debates do Observatório da Democracia, na Capital Nacional da Cultura – Coimbra, associando-nos a todo o País nessa grande festa e nas comemorações do 29.º aniversário do 25 de Abril. O debate decorreu no Palácio de S. Marcos, gentilmente cedido pela Universidade de Coimbra, que nos recebeu com grande cordialidade e a quem naturalmente, devemos o nosso reconhecido agradecimento.

O tema em apreço foi "A relação dos Portugueses com o voto. A lei eleitoral, a abstenção e os novos modelos de voto - o televoto. As outras formas de participação intercalar - os referendos, as petições..."

O debate foi moderado pelo Prof. Rui de Alarcão e pelo Cor. Vasco Lourenço, tendo o Dr. André Freire, do Instituto de Ciências Sociais (ISCTE), feito uma comunicação inicial, "A Evolução das Opções Político-eleitorais dos Portugueses, 1975-2002", a que se seguiu o debate com os convidados: José Magalhães, António Filipe, Gonçalo Capitão, Luís Fazenda, Isabel de Castro, Ana Drago, Jorge Barreto Xavier, Elisabete Azevedo, Alberto Martins, Ruben de Carvalho, Humberto Martins, Barbosa de Melo, Luís Filipe Pereira, João Almeida, Miguel Almeida, Costa Brás, Marques Júnior, Sérgio Sousa Pinto, Zita Henriques, Garcia Pereira, Miguel Galvão Teles, Manuel Monteiro, Miguel Teixeira, vereador da Cultura da CMC, e ainda o presidente da Coimbra Capital da Cultura, Abílio Hernandez.

O debate foi um sucesso.

Tratou-se de uma oportunidade única de sentar à volta de um tema de vital importância para a Democracia portuguesa personalidades de origens muito diversas proporcionando uma troca de argumentos muito rica, com elevação e respeito pela multiplicidade de pontos de vista.

Colhidos ensinamentos com a realização do primeiro debate, estamos certos de que iremos melhorar, nos seus vários aspectos, a organização dos que se seguem:

"As formas de participação cívica e o exercício da cidadania. O movimento associativo, o sindicalismo, as organizações partidárias e as formas informais de participação"	**27 de Março 2004**	Grândola
"O equilíbrio entre o poder eleito, o poder económico e os média. As relações entre eles e a formação de opinião"	**Data a marcar**	Porto

2. Fórum 25 de Abril

Para além das actividades organizadas pela A25A, saliente-se a grande procura que este espaço vem tendo, através de propostas das mais diversas entidades.

a) Lançamento de obras literárias

Apresentadas várias obras novas, sendo duas de associados da A25A.

b) Exposições

Organizadas várias exposições, para além das exposições intercalares, com património da A25A.

c) Tertúlias, debates, etc.

Organizados, quer da responsabilidade da A25A, quer da responsabilidade de outras entidades, diversos debates, onde se procura dinamizar o confronto de ideias, com vista ao enriquecimento intelectual, individual e colectivo.

Relatório Anual da Direcção (ano 2003)

d) Bridge

Terminado o II Troféu A25A, está a realizar-se o III Troféu A25A, com sessões mensais.

3. Loja

Continuaram a estar disponíveis, para aquisição dos associados e convidados, artigos diversos (livros, medalhas, posters, serigrafias, etc.).

4. Núcleo de viagens turísticas e culturais

Foi criado na A25A um núcleo de organização de viagens turísticas culturais, coordenado pela vogal da Direcção, Clarinda Veiga Pires, o qual já proporcionou aos associados uma viagem a Cuba, tendo em preparação uma outra a várias capitais do norte e centro da Europa.

5. Iniciativa «Bandeira pela Paz»

Tendo tomado posição pública, contra a guerra de agressão ao Iraque, a A25A tomou a iniciativa de criar uma «Bandeira pela Paz». Com uma fotografia do 25 de Abril, onde aparecem militares com cravos nas espingardas, rodeada pelas estrelas amarelas da União Europeia, o símbolo da A25A assina os dizeres Paz, Liberdade, Democracia.

Além de termos colocado uma bandeira na frontaria da nossa sede, divulgámo-la por várias autarquias, que a quiseram adquirir.

6. Renovação do «site» da Associação 25 de Abril

Finalmente conseguimos avançar na renovação do nosso site.

Muito há ainda para fazer. Nomeadamente no que se refere à história do 25 de Abril. Iremos fazê-lo, de acordo com as nossas possibilidades. Estamos abertos e interessados nas sugestões dos associados, que nos ajudem a melhorá-lo.

7. Convites à A25A

Como nos anos anteriores, foram frequentes os convites dirigidos à A25A para se fazer representar em actividades várias.

Sempre que o considerou desejável e possível, a Direcção fez-se representar, enviando mensagens quando a presença física não foi viável.

8. O Referencial

Continuando a sua acção de primeiro instrumento de interligação entre os corpos sociais da A25A e os associados e destes entre si próprios, O Referencial continuou a pautar a sua edição por elevados critérios de qualidade, sendo de realçar a abordagem dos seguintes temas: Debate sobre a Guerra no Iraque; Homenagem aos dois sócios de Honra vivos da A25A, Prof. Emídio Guerreiro e Dr. Fernando Valle; Debate sobre o futuro da Europa, a propósito da futura Constituição Europeia; reflexão sobre os 20 anos da A25A; Reflexão sobre a intervenção externa no Iraque.

Ao director e demais colaboradores o nosso público louvor e agradecimento.

9. Ofertas à A25A

Foram várias as instituições e entidades que contribuíram para o aumento do nosso património com a oferta de obras de arte, medalhas comemorativas, livros, etc.

10. Comissão de Acompanhamento da Revisão de Carreiras dos Militares

Continuou a actividade da Comissão que vem acompanhando a aplicação da Lei 43/99.

A equipa coordenada pelo Alm. Martins Guerreiro vem desenvolvendo intensa actividade e bem poderemos dizer que os bons resultados que, apesar de tudo, já se verificaram e se vislumbram ainda, a ela e ao seu trabalho se devem, em grande parte.

11. Delegação do Norte

1.Introdução

O ano de 2003 foi além do empenho na procura, junto da Câmara Municipal do Porto, de uma alternativa à nossa actual Sede, mais central, mais espaçosa e mais digna, que permita dinamizar a nossa vida associativa, desenvolver um conjunto de actividades mais intenso e, muito especialmente, promover o nosso CDIAL (Centro de Documentação Abril e a Liberdade) em conjunto com a biblioteca temática que hoje, 1 de Fevereiro de 2003, aqui formalmente inauguramos.

Infelizmente, pese embora a aparente disponibilidade da autarquia para o efeito, não se avançou ainda para além do estudo de algumas hipóteses, não satisfatórias, que nos foram sugeridas.

2. Actividades

a) Comemorações do 31 de Janeiro

Como já vem sendo tradição, a Delegação colaborou com a Associação 31 de Janeiro e o Clube de Sargentos do Exército na celebração desta efeméride, com uma cerimónia no cemitério do Prado do Repouso, junto ao monumento que evoca aquela data.

b) Assembleia Regional Ordinária

Teve lugar em 1 de Fevereiro de 2003, nas suas instalações, uma sessão ordinária da Assembleia Regional da Delegação do Norte, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Leitura e aprovação da acta da última A. G.;
- Leitura e aprovação do Relatório de actividades do ano de 2002;
- Apresentação das Contas do mesmo ano;
- Informações diversas a cargo da Direcção cessante, fundamentalmente o pedido de participação dos sócios nas diferentes actividades, sendo também aprofundada a questão da participação juvenil.

O Relatório foi aprovado por unanimidade pelos sócios presentes.

Esgotada a agenda, a Assembleia constituiu-se em Corpo Eleitoral e elegeu por unanimidade os novos Corpos Gerentes para o biénio 2002/2003.

c) Lançamento de livro de consócio nosso

Em 15 de Fevereiro, no Auditório Municipal de Viseu, teve lugar o lançamento do livro "Deus, Pátria e a …Vida", da autoria do nosso consócio Diamantino Gertrudes da Silva e apresentado pelo director do Boletim, Pedro Pezarat Correia. A iniciativa foi apoiada, entre outras entidades, pela Delegação do Norte da A25A, tendo corrido com grande brilho e participação.

d) Comemorações do 5 de Outubro

Junto ao monumento a Afonso Costa, no Campo 24 de Agosto na cidade do Porto, decorreu uma vez mais uma cerimónia evocativa da efeméride, organizada em parceria pela Associação 31 de Janeiro, Clube de Sargentos do Exército e A25A e apoiada pelo Governo Civil do Porto e Câmara Municipal do Porto. Além desta cerimónia tiveram lugar outras iniciativas envolvendo também a população mais jovem da cidade.

e) CDIAL (Centro de Documentação Abril e a Liberdade)

Indo ao encontro dos objectivos da Delegação do Norte da A25A, vai criando forma o C D I A L , que começou pela instalação de uma Biblioteca Temática sobre o 25 de Abril de 1974, seus antecedentes directos e suas consequências mais imediatas. Já possui mais de sete centenas de livros, devidamente catalogados e referenciados no site da Associação. As instalações, muito diminutas, são na sede da Delegação do Norte.

Está em curso um projecto de HISTÓRIA ORAL, dirigido pelo Prof. Manuel Loff, membro da Direcção da Delegação do Norte, que envolve entrevistas áudio- visuais a figuras ligadas directamente à Revolução dos Cravos no norte do país, a fim de ser reconstituída a História local do 25 de Abril , ainda muito ignorada. Também neste ponto está a ser cumprido aquilo que a Delegação do Norte estabeleceu como metas.

Seguidamente, vai começar a ser organizado o espólio documental da mesma Delegação que, embora lentamente, já está a ser reunido. É alimentado pelas dádivas de nossos consócios, amigos e todas as entidades individuais ou colectivas que, reconheçam em nós uma entidade idónea e capaz para o efeito e não desejem que muito do que possuem sobre a temática em apreço se extravie ou não seja devidamente aproveitado.

f) Edição do livro "A Reforma do Sistema Político Português"

A Delegação do Norte editou o livro em apreço, onde são reunidas as intervenções dos representantes dos partidos políticos que participaram no painel da mesa do debate público realizado a 19 de Outubro de 2002, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, na comemoração do XX aniversário da A25A.

12. DELEGAÇÃO DO CENTRO (COIMBRA)

Dia 8 de Março

Convívio na Figueira da Foz entre as Delegações do Norte e do Centro.

D. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

1. Sócios Efectivos

Neste momento a A25A conta com 2.864 sócios efectivos, dos quais 135 irão ser propostos para ratificação à Assembleia Geral.

Neste número não estão incluídos os que simbolicamente, a A25A considera como seus sócios:

• A título póstumo (24);

• Falecidos (257), onde se incluem 4 sócios de honra.

No mesmo período, nove (9) pediram a exoneração.

Durante o ano de 2003 e até à presente data faleceram nove (9) sócios:

Acácio Dias Baptista, Alfredo Ramos Rocha, Francisco Tomé Cabral, José A. Barros Moura, Maria Manuela Estrela Santos Barata, João Pedro Machado Pedreira, Ana Maria Blanco de Almeida Abreu, João Paulo do Nascimento Osório, Ricardo Maria Riça da Silva.

2. Sócios colectivos

A A25A conta com 25 sócios colectivos.

3. Apoiantes

Neste momento a A25A conta com 1.864 apoiantes.

Neste número não estão incluídos os que simbolicamente, a A25A considera como seus apoiantes:

• Falecidos (234).

No mesmo período sete (7) apoiantes pediram a exoneração.

Durante o ano de 2002 e até à presente data faleceram quatro (4) apoiantes:

Ramón la Feria, António Pereira Marinho Dias, Maria Ondina Braga e Jerónimo dos Santos

4. Situação disciplinar

A Direcção não exerceu qualquer acção disciplinar, durante este período.

Mantêm-se suspensos, por motivos do não pagamento de quotas: 947 sócios e 961 apoiantes.

E. SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA

Apesar dos esforços efectuados no sentido de inverter a tendência negativa de evolução dos resultados, não se conseguiu evitar que no Exercício de 2003 se verificassem prejuízos ainda superiores a 2002.

Efectivamente em 2003 obteve-se um resultado negativo de € 79.728,62 e um «cash flow», também negativo de € 17.555,62, enquanto que, em 2002, os valores correspondentes, também negativos, foram respectivamente de 66.549,08 e de 5.901,08 euros.

Conforme já se referiu em relatórios anteriores, o equilíbrio económico-financeiro, desde que se queira preservar a independência da A25A, terá de passar necessariamente:

- pela angariação de novos sócios;
- pela recuperação das quotas em dívida;
- por outras iniciativas para obtenção consistente de fundos.

Se, por um lado, tem sido obtido um razoável sucesso na angariação de novos sócios, por outro, são cada vez mais os sócios que deixam de pagar quotas ou se atrasam no seu pagamento, enquanto que outras iniciativas para obtenção de fundos não têm tido o sucesso e significado desejados.

E a verdade exige que se diga que, a manter-se a tendência verificada nos dois últimos exercícios, a A25A deixará de ter liquidez dentro de dois a três anos.

Para dar uma visão mais clara da situação apresentam-se alguns comentários aos documentos contabilísticos anexos a este Relatório:

1 – BALANÇO

As alterações mais significativas em relação ao exercício anterior são as seguintes:

- Aumento das dívidas dos associados e apoiantes em mais de € 60.000,00;

- Diminuição das disponibilidades (Caixa e Bancos) em cerca de € 41.000,00.

Contrariamente ao esperado, ainda não foi possível relevar, no balanço, o valor das obras que constituem património da A25A, património esse que, contudo, está devidamente identificado e controlado e que vem aumentando através de obras recebidas nas exposições efectuadas no Fórum.

2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR NATUREZA)

Comparando as demonstrações de 2003 com as de 2002 verifica-se o seguinte:

- Um aumento significativo (cerca de 10%) na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos que resultou de actividades fora do âmbito administrativo, tais como as comemorações do 25 de Abril, o Observatório da Democracia e a Operação Bandeira pela Paz;

- Uma redução dos custos com pessoal em cerca de 25%, motivada pela dispensa, no fim de Abril, do funcionário que prestava serviço na Biblioteca;

- Uma diminuição em cerca de € 2.500,00 nos proveitos líquidos em quotas que não se infere com carácter imediato, mas que resulta da comparação dos valores que figuram do lado dos proveitos nas rubricas de Quotizações e de Recuperação de Dívidas deduzidos do valor da Provisão para Cobranças Duvidosas (quotas) do lado dos custos;

- Redução de cerca de € 3.200,00 na rubrica Rendas e Alugueres (restaurante).

Deve referir-se que na contabilização das quotas se tem seguido o seguinte procedimento:

- Contabilizar como proveitos os valores de quotas vencidas, em cada exercício, em relação a todos os sócios mesmo os suspensos;

- Contabilizar como custos (provisão) o valor das quotas que sejam de cobrança duvidosa.

3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR ACTIVIDADES

Este documento é certamente o que melhor espelha a forma como evoluiu a situação económica da A25A durante o exercício de 2003.

A primeira ilação que se tira é que, tal como no exercício anterior, o valor líquido das quotizações é insuficiente sequer para cobrir os custos administrativos, custos esses que convém assinalar, sofreram uma redução de cerca de € 4.700,00 (6%) em relação a 2002.

Considerando os custos com *O Referencial*, que corresponde a cerca de 22% do valor das quotizações, a margem negativa sobe a cerca de € 6.600,00 para € 20.500,00 aproximadamente.

Com a inclusão dos resultados de Outras Actividades, a margem melhora cerca de € 5.000,00.

Relativamente a tais actividades, que se encontram pormenorizadamente descritas na Demonstração, a situação piorou em 2003, uma vez que em 2002 apresentou uma margem global positiva de cerca de € 16.700,00 contra cerca de € 5.000,00 em 2003, o que se explica em grande parte pelos maiores custos com as comemorações do 25 de Abril, pelo pior desempenho do restaurante e pelos custos de duas actividades pontuais: o Observatório da Democracia e a Operação Bandeira pela Paz.

É evidente o extraordinário peso das amortizações do exercício (€ 61.973,00) nos resultados operacionais e, consequentemente, no Resultado Líquido final, representando 78% do seu valor.

Finalmente verifica-se que o prejuízo final em 2003 é superior em cerca de € 13.000,00 ao do exercício anterior, o que se deve, em grande parte, à diminuição do resultado, já atrás assinalado, no que se refere às diversas actividades desenvolvidas pela A25A, para além da actividade administrativa e publicação de O Referencial.

4 – BALANÇO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

Este documento apresenta as mutações de valores ocorridas em 2003, sendo de evidenciar que, tal como no exercício anterior, as disponibilidades (Caixa e Bancos) sofreram uma enorme redução, sendo esta em 2003 de € 41.500,00, essencialmente como consequência do aumento dos créditos e do «cash flow» negativo.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos, e face à situação descrita no presente Relatório, submete a Direcção à decisão da Assembleia Geral, a seguinte proposta:

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2003, no montante de € -79.728,62, transite integralmente para a Conta de «Resultados Transitados».

Juntam-se, em anexo, os mapas do Balanço, Demonstração de Resultados (por natureza), Demonstração de Resultados por Actividades, Balanço das origens e aplicações de fundos, Mapa de Amortizações e Mapa da situação dos associados.

F. COMEMORAÇÕES DO XXX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Organizaram-se já alguns actos comemorativos dos 30 anos do 25 de Abril.

Outras iniciativas estão previstas, para as quais se deseja uma grande participação dos nossos associados (jantar/convívio; Comemorações Populares; contactos com escolas, autarquias, etc.; 1.º Congresso da Democracia Portuguesa).

1) Em colaboração com a Câmara Municipal de Évora e Junta de Freguesia de Alcáçovas, comemorações do **9 de Setembro de 1973**.

2) Em colaboração com a Câmara Municipal de Óbidos, comemorações do **1 de Dezembro de 1973**.

3) **1.º Congresso da Democracia Portuguesa**

Em 25 de Abril de 2004 comemoram-se os 30 anos da nossa Democracia. O tempo de uma geração. Foram trinta anos estimulantes de transformação de um país rural, retrógrado, conservador, ditatorial, e pluricontinental, num Portugal moderno, livre, democrático e membro de pleno direito da comunidade internacional.

O país desenvolveu-se. Libertou-se do isolacionismo e juntou-se à Europa mais moderna. Contribuiu para a independência dos novos países lusófonos, pondo fim ao colonialismo e viu diminuir o seu território. Implementou a democracia, a liberdade de Imprensa, o estado de direito, a separação de poderes, o respeito pelos direitos do Homem e do ambiente. Adoptou o municipalismo e um sistema de governo parlamentar assente no multipartidarismo sufragado por voto universal. Homens e mulheres ganharam estatutos de igualdade de direitos e deveres. Os trabalhadores conquistaram um estado social. A educação, a habitação, a saúde e o trabalho passaram a constituir direitos universais constitucionalmente defendidos. Liberalizou-se o divórcio. Garantiu-se o acesso e o direito de escolha no planeamento familiar. Desenvolveu-se uma impressionante rede de infraestruturas de comunicação rodoviárias e de telecomunicações fixas e móveis. Melhoraram-se as infra-estruturas portuárias, aeroportuárias e ferroviárias. Os números de alfabetização e a escolaridade obrigatória subiram vertiginosamente. Surgiram museus, teatros, cinemas, bibliotecas, festivais, por todo o país. Portugal deixou de ser apenas um país exportador de mão-de-obra, para acolher centenas de milhares de pessoas que aqui buscam bem estar para si e para os seus. Todas estas transformações aconteceram num assinalável clima de paz social, de civismo e de razoável respeito pelos valores mais nobres da nossa civilização.

Trinta anos depois é claro que todos nós temos motivos para estar orgulhosos da nossa democracia. O documento fundador do estado democrático, o Programa "*dos três D*" do MFA (Democracia, Desenvolvimento e Descolonização), estará implementado. Porém importa estar atento e inconformado. Muito estará ainda por fazer.

Faltará que o exercício da cidadania seja pleno e mais alargado. Faltará que a justiça e a saúde sejam, efectivamente, céleres e eficazes. Faltará que o trabalho, a educação e a cultura sejam universais. Faltará o civismo que diminua a violência nas estradas, a cultura de rigor e seriedade que impeça as pontes de caírem.

Faltará que o desenvolvimento do território seja universal e menos desequilibrado do que é hoje. Faltará criar condições de atracção para as nossas elites académicas que continuam a contribuir para o desenvolvimento dos outros porque, entre nós, todas as portas lhes foram vedadas. Faltará modernizar a administração pública, modernizar as empresas, recuperar e valorizar o património construído e ambiental. Faltará limpar as chagas das violências sobre os mais frágeis, como o trabalho infantil, a violência doméstica ou a exploração dos emigrantes. Faltará, enfim, sermos mais produtivos e geniais, para que daí resulte, finalmente, maior riqueza e bem estar, a distribuir de forma mais justa por todos.

Faltará que este estado de progresso político, social e económico chegue a todos os povos que ainda são oprimidos e se encontram mergulhados no subdesenvolvimento. Faltará defender a língua e a lusofonia, defender a paz e o direito internacional.

Faltará por certo saber para onde vamos.

Uma geração depois, importa novamente reflectir e identificar os desígnios futuros da nação para os próximos 30 anos:

Que Democracia?
Que Desenvolvimento?
Que relacionamento com o Mundo?

Entendemos por isso, ao comemorar o 30.º aniversário do 25 de Abril de 1974, oportuno lançar uma reflexão crítica sobre o estado da nossa democracia.

Propomo-nos, mais uma vez, colocar a nossa isenção e independência ao serviço do país, proporcionando uma oportunidade de debate entre diferentes ideias e pessoas que de outra forma não se encontrariam.

Na senda da nossa tradição anti-totalitarista, propomo-nos promover o debate entre os actores formais do sistema, como sejam os órgãos de soberania, as autarquias, os partidos políticos, os sindicatos ou a comunicação

social com os actores informais – as ONG´s, o movimento associativo, as universidades e até, naturalmente, com cada cidadão.

Propomo-nos tão-só chamar à mesma mesa todos os que partilham dos valores da Liberdade e da Democracia.

Para tanto, na sequência das acções já realizadas e a realizar do Observatório da Democracia, entendemos promover o **1º Congresso da Democracia Portuguesa** a realizar nos dias 11 e 12 de Novembro de 2004, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no âmbito das comemorações do 30º Aniversário do 25 de Abril de 1974, com o alto patrocínio de S. Exa. o Presidente da República.

G. *CONCLUSÕES*

No fim de mais um ano, o sentimento que nos perpassa é semelhante ao de outros anos atrás: *satisfação porque a A25A continua a afirmar-se, insatisfação porque consideramos que é possível fazer-se muito mais... assim o quiséssemos todos!*

A vida associativa tem vindo a sofrer algum incremento positivo. A nova sede a isso nos ajuda.

As condições financeiras vêm-se agravando. Apesar de novos sócios, o número dos que se atrasam no pagamento das quotas também aumenta. Com as consequentes dificuldades daí resultantes.

Continuamos à procura de soluções, daí o natural desejo de que apareçam apoios dos associados.

Dentro das condicionantes existentes, continuamos a intervir na sociedade portuguesa.

Para além da defesa da Paz, com a consequente condenação das guerras ditas preventivas e dos terrorismos, de qualquer espécie, realizámos já duas sessões do *Observatório da Democracia* e lançámos a realização do **I Congresso da Democracia Portuguesa**, que se realizará em 11 e 12 de Novembro próximo.

Estamos confiantes nos seus bons resultados.

Quanto às comemorações dos 30 anos de Abril, fomos inicialmente ignorados pelos órgãos de soberania, no que se refere às comemorações oficiais. Contactados, depois, pelo comissário para as referidas comemorações, estamos procurando colaborar com as mesmas (e vice-versa).

No que se refere às comemorações organizadas pela A25A, decidimos aceitar o convite da respectiva autarquia, para fazer o jantar/convívio em Santiago do Cacém. Confiamos em que tudo correrá bem.

Hoje, que começa a ser necessário voltar *a avisar toda a gente*, onde volta a *fazer falta avisar a malta*, torna-se imprescindível uma ampla participação nas comemorações do 25 de Abril. Confiamos em que os nossos associados não faltarão.

Mais uma vez, terminamos com a afirmação da nossa esperança no futuro da Associação 25 de Abril. Continuamos com um espaço próprio de intervenção na sociedade portuguesa, em prol do aprofundamento dos valores de Abril.

Há 30 anos avançámos e assumimos um compromisso. Não nos demitiremos, por isso, a Liberdade, a Democracia, a Solidariedade e a Paz continuam a contar com a nossa militante actividade.

Lisboa, 28 de Março de 2004

A Direcção

BALANÇO
EM 2003.12.31

DESCRIÇÃO	2003			2002
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES				
CORPOREAS				
- EDIFICIOS e Outras Construções				
- Nova sede	1.963.286,15	116.541,58	1.846.744,57	1.886.010,57
- Equipamento básico	1.649,42	1.649,42		
- Equipamento administrativo	148.411,98	47.332,64	101.079,34	110.535,92
- Património Associativo	1.758,92		1.758,92	1.758,92
- Centro de Documentação	67,21	67,21		
- Outras Imobilizações Corpóreas não Exp.	78.679,29	38.654,85	40.024,44	47.670,44
Subtotal	2.193.844,17	204.245,70	1.989.598,27	2.046.167,75
EXISTÊNCIAS				
- Artigos para venda	63.990,08	44.876,30	19.113,78	20.123,37
Subtotal	63.990,08	44.876,30	19.113,78	20.123,37
CREDITOS A CURTO PRAZO				
- Associados e apoiantes				
- Dividas de quotas	30.272,36		30.272,36	21.413,62
- Dividas de quotas de cobrança duvidosa	434.639,93	434.639,93		
- Devedores diversos	25.679,14		25.679,14	14.490,03
Subtotal	490.591,43	434.639,93	55.951,50	35.903,65
DISPONIBILIDADES				
- Aplicações de tesouraria	82.908,71		82.908,71	103.146,38
- Depósitos a prazo				
- Depósitos à ordem	1.844,04		1.844,04	8.577,52
- Caixa	1.198,23		1.198,23	17.717,68
Subtotal	85.950,98		85.950,98	127.441,58
DIFERIMENTOS				
- Custos diferidos	27,31		27,31	26,77
Subtotal	27,31		27,31	26,77
TOTAL DO ACTIVO	2.834.404,00	683.761,93	2.150.642,10	2.229.623,09

DESCRIÇÃO	2003	2002
	VALOR	VALOR
FUNDO SOCIAL		
- JÓIAS		
- De Sócios	14.166,76	13.553,76
- De apoiantes	3.237,45	3.237,45
RESERVAS		
- Fundos pró-sede	1.656.053,55	1.656.053,55
RESULTADOS TRANSITADOS		
- De exercícios anteriores	549.681,57	618.230,65
RESULTADOS DO EXERCICIO		
- Resultado líquido do exercício	-79.728,02	-66.549,08
TOTAL DO FUNDO SOCIAL	2.143.410,72	2.222.525,33
PASSIVO		
- Estado e outros entes públicos	194,29	397,91
- Fornecedores	5.332,96	
- Outros credores	135,46	3.100,00
SUBTOTAL	5.661,81	3.497,91
DIFERIMENTOS		
- Acréscimos de custos	793,05	2.536,65
- Proveitos diferidos	805,16	1.061,35
SUBTOTAL	1.598,20	3.598,76
TOTAL DO PASSIVO	7.260,01	7.096,67
TOTAL DO FUNDO SOCIAL E PASSIVO	2.150.642,10	2.229.623,09

Relatório Anual da Direcção
(ano 2003)

BALANÇO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS
EXERCÍCIO DE 2003

ORIGENS			APLICAÇÕES		
- DIMINUIÇÕES DO ACTIVO			**- AUMENTOS DO ACTIVO**		
Disponibilidades		41.490,52	Imobilizações		5.404,52
Existências		1.009,67	Créditos a curto Prazo		20.088,39
- AUMENTOS DO PASSIVO					
Débitos a curto prazo		5.332,04			
- AUMENTOS SITUAÇÃO LIQUIDA			**- DIMINUIÇÕES DO PASSIVO**		
Jóias		615,00	Débitos a curto prazo		5.198,70
			- DIMINUIÇÃO DA SITUAÇÃO LIQUIDA		
			Resultados do exercício (prejuízos)		79.728,62
- AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO		61.973,00			
		110.420,23			**110.420,23**

CASH FLOW
EXERCÍCIO DE 2003

RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCICIO	-79.728,62
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	61.973,00
CASH FLOW	**-17.755,62**

SITUAÇÃO DOS SÓCIOS EFECTIVOS
MAPA COMPARATIVO DAS DÍVIDAS DE QUOTAS 2002/2003

SITUAÇÃO RELATIVA À QUOTIZAÇÃO	2002		2003		DIFERENÇA	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
COM QUOTAS EM DIA	926		907		-19	
COM QUOTAS POR ACTUALIZAR	408	21.413,62	418	29.016,60	10	7.602,98
COM 1 ANO DE ATRASO	331	11.893,27	249	10.408,20	-82	-1.485,07
COM 2 ANOS DE ATRASO	107	7.268,38	224	17.096,60	117	9.828,21
COM 3 ANOS DE ATRASO	63	5.840,97	105	11.375,30	42	5.534,33
COM 4 ANOS DE ATRASO	52	5.675,86	59	7.808,20	7	2.132,34
COM 5 ANOS DE ATRASO	25	3.428,94	51	7.518,20	26	4.089,26
COM 6 ANOS DE ATRASO	31	4.880,04	26	4.554,80	-5	-325,24
COM 7 ANOS DE ATRASO	21	3.791,42	30	5.879,40	9	2.087,98
COM 8 ANOS DE ATRASO	27	5.076,00	21	4.585,40	-6	-490,60
COM 9 ANOS DE ATRASO	18	3.723,26	25	5.723,30	7	2.000,04
COM 10 OU + ANOS DE ATRASO	716	213.254,24	735	241.530,80	19	28.276,56
	2.725	286.246,01	2.850	345.496,80		
DISPENSADOS DE PAG. QUOTAS	14		14			
TOTAL	2.739	286.246,01	2.864	345.496,80	125	59.250,79

SITUAÇÃO DOS APOIANTES
RELATIVAMENTE AO PAGAMENTO DE QUOTAS ANOS 2002/2003

SITUAÇÃO RELATIVA À QUOTIZAÇÃO	2002		2003		DIFERENÇA	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
COM QUOTAS EM DIA	453		413		-40	
COM QUOTAS POR ACTUALIZAR			2	6,50	2	6,50
COM 1 ANO DE ATRASO	92	938,96	69	700,40	-23	-238,56
COM 2 ANOS DE ATRASO	51	926,37	65	1.292,70	14	366,33
COM 3 ANOS DE ATRASO	58	1.827,08	49	1.340,80	-10	-486,28
COM 4 ANOS DE ATRASO	41	1.646,43	54	2.284,40	13	637,97
COM 5 ANOS DE ATRASO	28	1.337,22	39	1.888,20	11	550,98
COM 6 ANOS DE ATRASO	23	1.510,80	29	1.637,60	6	126,80
COM 7 ANOS DE ATRASO	27	1.653,51	24	1.863,10	-3	209,59
COM 8 ANOS DE ATRASO	26	1.759,93	26	1.949,20		189,27
COM 9 OU + ANOS DE ATRASO	767	95.785,05	789	104.980,50	22	9.215,50
	1.567	107.365,30	1.559	117.943,40		
DISPENSADOS DE PAG. QUOTAS *	305		305			
TOTAL	1.872	107.365,30	1.864	117.943,40	-8	10.578,10

* Inclui também os apoiantes que não declararam qualquer valor para a quota.

RESUMO

QUOTAS EM DÍVIDA DE SÓCIOS EFECTIVOS	286.246,01
QUOTAS EM DÍVIDA DE APOIANTES	107.365,30
TOTAL DE QUOTAS EM DÍVIDA	393.611,31

VALORES A CONSIDERAR NO BALANÇO	
DÍVIDAS DE QUOTAS (QUOTAS POR ACTUA.)	21.413,62

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ACTIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2003

		2003	2002
QUOTIZAÇÕES			
Quotizações vencidas	126.403,12		
Provisão p/ quotas de cobrança duvidosa	-62.405,64	63.997,48	66.377,92
CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO			
Da sede	-64.268,04		
Das Delegações (suportados pela sede)	-6.360,15	-70.628,19	-75.288,26
Margem		**-6.630,71**	**-8.910,34**
REFERENCIAL		-13.818,40	-16.668,50
Margem (c/ Referencial)		**-20.449,11**	**-25.578,84**
FÓRUM			
Exposições	316,16		
Lançamento de livros	1.091,80		
Outras actividades	300,00	1.707,96	1.729,18
LOJA E BANDEIRA PELA PAZ		-2.252,64	1.428,12
SALA DE JOGOS		1.178,89	1.304,04
RESTAURANTE E BAR		11.100,81	15.685,02
COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL		-7.087,88	-3.437,68
OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA		-1.442,20	
OUTRAS ACTIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS		1.780,53	
RESULTADOS OPERACIONAIS (S/ AMORTIZAÇÕES)		**-15.463,64**	**-8.870,16**
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		-61.973,00	-60.648,00
RESULTADOS OPERACIONAIS		**-77.436,64**	**-69.518,16**
RESULTADOS FINANCEIROS		1.949,73	3.662,19
RESULTADOS CORRENTES		**-75.486,91**	**-65.855,97**
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-4.241,71	-693,11
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**-79.728,62**	**-66.549,08**

Relatório Anual da Direcção
(ano 2003)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIO DE 2002

CUSTOS E PERDAS				
DESCRIÇÃO	2003		2002	
- CUSTO DOS BENS VENDIDOS		10.306,82		8.092,67
- FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS		89.837,44		81.425,14
- IMPOSTOS		96,97		193,93
- CUSTOS COM O PESSOAL				
Remunerações	10.621,36		14.280,00	
Segurança Social	2.490,35		3.346,15	
Subsídio Alimentação	484,08	13.595,69	410,41	18.036,56
- OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		380,27		750,00
- AMORTIZAÇÕES				
De imobilizações corpóreas		61.973,00		60.646,00
- PROVISÕES DO EXERCÍCIO				
Para cobranças duvidosas		62.405,64		43.585,68
- CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS				36,17
- CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS				
Correcções a exercícios anteriores	5.471,33		3.052,29	
Outros custos e perdas extraordinários	1.084,67	6.556,00	0,00	3.052,29
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-79.728,62		-66.549,09
TOTAL		165.442,99		149.271,36
RESUMO				
Resultados operacionais		-77.436,64		-84.469,40
Resultados financeiros		1.949,73		3.662,19
Resultados correntes		-75.486,91		-80.807,21
Resultados extraordinários		-4.241,71		14.258,12
Resultados líquidos		-79.728,62		-66.549,09

PROVEITOS E GANHOS				
DESCRIÇÃO	2003		2002	
- VENDAS				
Vendas de Bens	10.534,31		9.520,79	
Prestações de serviços		10.534,31	0,00	9.520,79
- PROVEITOS ASSOCIATIVOS				
Quotizações de sócios (ind. e colectivos)	111.378,44		84.150,74	
Quotizações de apoiantes	15.024,68		10.861,62	
Contribuições de associados		126.403,12	0,00	95.012,36
- PROVEITOS SUPLEMENTARES				
Rendas e alugueres	13.800,00		18.000,00	
Outros produtos suplementares	4.080,00	17.880,00	1.515,00	19.515,00
- COMPART. E SUBS. ÀS ACTIVIDADES				
Do Estado e outras Entidades Oficiais			249,40	
De outras Entidades	6.361,50	6.361,50	3.965,03	4.214,43
- PROVEITOS FIANANCEIROS				
Juros de depósitos bancários	117,85		518,14	
Outros proveitos financeiros	1831,88	1.949,73	3180,22	3.698,36
- PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS				
Subsídios à actividade			0,0	
Recuperação de dívidas			14.991,24	
Correcções a exercícios anteriores	200,79		0,00	
Outros prov. e ganhos extraordinários	2.113,50	2.314,29	2.359,18	17.310,42
TOTAL		165.442,99		149.271,36

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2003				
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO ANTECEDENTE	AMORTIZAÇÕES DO ANO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas					
Edifício - nova sede	1.963.286,15	77.275,58	39.266,00	116.541,58	1.846.744,57
Equipamento básico	1.649,42	1.649,42		1.649,42	0,00
Equipamento administrativo	148.411,98	32.491,64	14.841,00	47.332,64	101.079,34
Património associativo	1.750,92			0,00	1.750,92
Biblioteca	20,00			0,00	20,00
Centro de documentação	67,21	67,21		67,21	0,00
Outras imobilizações corpóreas não especificadas	78.659,29	30.788,85	7.866,00	38.654,85	40.004,44
TOTAL	2.193.844,97	142.272,70	61.973,00	204.245,70	1.989.599,27

Vasco Lourenço, Teresa Zambujo, presidente da Câmara de Oeiras, e a ministra da Ciência, Graça Carvalho

Exposição na Galeria Verney em Oeiras

GUERRA de África e 30 anos do 25 de Abril é o título sugestivo de uma exposição patente na Livraria Galeria Municipal Verney em Oeiras. Num espaço aprazível alinham-se largas dezenas de imagens que são repositório impressivo da nossa história recente.

Entre os trabalhos expostos, destacam-se obras de Vicente da Silva, cartonista com impressiva colaboração em O Referencial, e do fotojornalista Fernando Farinha, nosso editor fotográfico que mostra o resultado de uma parte importante da sua vida de trabalho, com destaque para as reportagens únicas por si realizadas nos diferentes teatros de operações da guerra colonial.

A exposição está patente ao público até 25 de Abril

Paralelamente a esta mostra, a chaimite da A25A encontra-se estacionada no Largo da Igreja Matriz, em Oeiras. Este ícon da Revolução dos Cravos tem feito as delícias de centenas de crianças de 20 escolas do concelho que já a visitaram. ■

Debate sobre Portugal, a Democracia e a Europa

FUNDAÇÃO Friedrich Ebert e a Fundação José Fontana, com a colaboração da Associação 25 de Abril, promoveram dia 26 de Março, no fórum da A25A, em Lisboa, a realização de uma conferência subordinada ao tema «Portugal, a Democracia e a Europa».

A abertura dos trabalhos foi feita por António Reis (Fundação José Fontana) e Reinhard Naumann (Fundação Friedrich Ebert). Coube a Mário Soares introduzir o primeiro tema, dissertando sobre «Portugal no Mundo de Hoje e há Trinta Anos».

A questão «Democratizar: Transição democrática e integração europeia» ocupou Sérgio Sousa Pinto (Parlamento Europeu); Diana Andringa (Jornalista) e Vasco Lourenço (A25A) num debate moderado por Fernando Pereira Marques (Revista Finisterra).

Anabela Rodrigues (Associação Moinho da Juventude) e Pedro de Pezarat Correia (A25A), com a moderação de André Corsino Tolentino (antigo ministro da Educação de Cabo Verde), debatera a questão – «Descolonizar: Um novo relacionamento com África e os africanos».

O tema final ocupou Francisco Louça (Assembleia da República) e Eduardo Ferro Rodrigues (Assembleia da República) que debateram o problema – «Desenvolver: Da via socializante para a economia de mercado», com a moderação a cargo de Fernanda Mestrinho (Jornalista). ■

Convites feitos à A25A

No último trimestre a Associação 25 de Abril e a sua direcção receberam os seguintes convites:
Académica Lusófona – Inauguração da exposição de pintura de Lourenço – 03-04-2004;
Quarteto Editora eo Instututo de Defesa Nacional – Lançamento do livro "Manuel de Geopolítica e Geoestratégia vol.II" de Pezarat Correia;
Alminda e Adriano Moreira – Lançamento do livro "Terrorismo" - 20-01-2004;
Universitária Editora e a Socieade de geografia de Lisboa – Lançamento do livro de poesia «Analogias» de António Sem – 11-12-2003; apresentação do livro «Rainha da Aura Digital» de Marta David – 13-03-2004;
Quasi Edições e a Fundação Mário Soares – Lançamento do livro «Guerra» de Harold Pinter – 22-01-2004;
Associação de Deficientes das Forças Armadas – Tomada de posse dos Orgãos Sociais - 06-01-2004
Associação Escadote Cultural – Inauguração da exposição colectiva de pintura, fotografia, joalharia e escultura – 14 – 02- 2004;
Associação Nacional de Sargentos – Sessão comemorativa do113º aniversário do 31 de janeiro de 1891 – 31-01-2004; Tomada de posse dos orgaõs sociais – 17-03-2004;
Câmara Municipal de Gaia – Estreia do espectáculo "Os Maias - Crónica Social Romântica" – 26-02-2004;
Câmara Municipal de Grândola – Exibição do filme "O Fascínio" de José Fonseca e Costa – 18-02-2004;
Câmara Municipal de Lisboa – conferência "As Forças Armadas do Século XXI" - 06-04-2004;
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Debate sobre a "Comunicação Social Local e o 25 de Abril – 08 -04-2004;
Casa América Latina e a Embaixada do Perú – Inauguração da exposição de pintura «Aproximações» de José Ricketts Escomel – 23-03-2004; Inauguração das exposições de fotografia «Trópicos» e «Silhuetas de Tango»; Concerto de homenagem aos 450 anos da fundação da cidade de São Paulo – 23-01-2004;
Inauguração da exposição de fotografia «Lisboa cidade mágica e secreta» - 12-02-2004;
Casa Fernando Pessoa e a Editorial Caminho – Apresentação do livro "Meditações Matapoéticas" de António Ramos Rosa – 10-03-2004
Clube do sargento da Armada – Inauguração e debate "Viagens" - 14-02-2004;
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e recreio – Tomada de posse dos novos Corpos Sociais – 27-03-2004;
Companhia de Teatro de Almada - espectáculo «O fazedor de teatro» de Thomas Bernhard – 5-02-2004;
CGTP-IN – 10º Congresso – 31-01-2004;
Editorial Caminho – apresentação do livro "The Serial Killer" de João Melo – 27-02-2004; apresentação do livro "O Fio das Missangas" de Mia Couto – 16 - 03 – 2004; apresentação dos livros "Carlos Gil, um fotógrafo na revolução" e "Vocações/Evocações" - 05-04-2004; apresentação do livro "O Mar na Lajinha" de Germano Almeida, 20-02-2004;
Editorial Notícias – Lançamento do livro "O desafio da Água no século XXI: entre o conflito e a cooperação" - 11 -03-2004;
Fundação Mário Soares e a Ambar – Apresentação do romance «Francomoribundia» de Juan Luis Cabrián – 02-04-2004;
Fundação Mário Soares - conferência "Cuidar o futuro" - 05-03-2004; apresentação do projecto de digitalização Diário de Lisboa e exposição de caricaturas de colaboradores do Diário de Lisboa – 02-03-2004; conferência «Bibliothéque nationale de France entre tradition et modernité » - 02-02-2004;
Galeria 9arte.com – Inauguração da exposição «Pintura Recente» de Filipe Patrício – 01-04-2004
Galeria de Arte do Casino Estoril – Inauguração colectiva de pintura «As formas e as Cores» - 13-02-2004;
Inauguração da exposição de pintura "Registos Cartográficos do Espaço – Tempo» de Carlos Lança – 06-03-2004;
Instituto da Defesa Nacional – Seminário "Portugal e a União Europeia" - 3 e 4 de Março de 2004;
Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Inauguração da exposição do artista moçambicano Malangatana Valente Ngwenya – 10-03-2004;
Hospital Júlio de Matos – Debate "Situações Limites» - 13-02-2004;
Colóquio «A água como factor estratégico» - 11-03-2004;
Junta de Freguesia de Santa Catarina – Inauguração da exposição «Diálogos Pictóricos» de Lena Gil – 06-03-2004; Exposição de pintura e fotografia «Por cá e por lá» - 05-02-2004; Inauguração da exposição de fotografia «Crescer com dignidade» de Rui Palha – 15-04-2004;
Junta de Freguesia da Venteira – espectáculo musical – 22-02-2004;
Grande noite do fado – 22-02-2004,
Sessão solen com. XXIV Aniversário – 22-02-2004
Liga dos Combatentes – Dia do Combatente – 17-04-2004
Lisboarte – Inauguração da exposição «Caminhos percorridos» de Artur José – 13-03-2004
Museu Nacional da Imprensa – V PortoCartoon «Água com Humor» -03-02-2004
Canal de História – Apresentação do documentário «Outras notícias de Angola» - 31-03-2004
Teatro da Cornucópia – Recital de poesia de Camões – 17-04-2004. ■

Ofertas recebidas na Direcção

No último trimestre, a Direcção da Associação 25 de Abril recebeu as seguintes ofertas:
Livros «A filha rebelde» de José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz, oferta dos autores; Livro «Outrar – se ou a longa intervenção de mim» oferta do autor Alexandre Castanheira; Galhardete (inauguração da Sede do Alentejo) oferta do Grupo Coral Etnográfico Pluricoop. de Grândola; Bandeira da República Francesa – Oferta do Prof. Emídio Guerreiro ■

Associados falecidos

No último trimestre registámos o falecimento do seguinte associado: Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício (sócio fundador nº 890). À família apresentamos os nossos pésames. ■

Pagamento de quotas

Encontram-se a pagamento as quotas relativas ao ano de 2004. No entanto, verifica-se haver um número significativo de sócios com quotas em atraso. Por isso, solicita-se a todos a necessária regularização. ■

Biblioteca

A ASSOCIAÇÃO está a receber com regularidade as publicações periódicas (revistas, jornais, boletins, etc.) que se indicam na lista a seguir publicada.

Estas publicações, assim como um grande número de outras relativas ao 25 de Abril e aos anos que se seguiram, encontram-se à disposição dos associados para consulta entre as 10.00 e as 17.00 horas de segunda a sexta.

Abraço, Acção Socialista, Agenda da Universidade de Lisboa, Alcochete, Anais do Clube Militar Naval, Apêgê, Apoiar, Arealbérica, Associação 25 de Abril – Canadá, Autêntica, A Voz dos Reformados, Boina Verde, Boletim AFAP, Boletim da ASMIR, Boletim Municipal de Coruche, Boletim STAL, Clube do Sargento da Armada, Elo Associativo Escola Formação, Expressão, Fogo de Campo, Fundação Aquilino Ribeiro, Jornal da FENPROF, Jornal da Mulher, Jornal do Exército, Jornal do Fundão, Jornal do STAL, Nação e Defesa, Notícias da Amadora, Notícias da Madalena, Notícias do AHM, O Amigo dos Leprosos, O Jornal do Deficiente, O Marujo, O Referencial, O Ribatejo, O Sargento, O Veterano de Guerra, O Voador, Revista Crítica de Ciências Sociais, Revista da Armada, Revista de Administração Militar, Revista de Psicologia Militar, Revista do CMEFD, Seara nova, Sesimbra, URAP.

Vamos aprender Bridge! (62)

LUÍS GALVÃO

O MORTO INVERTIDO e a REDUÇÃO DE TRUNFO são as duas manobras de carteio que se incluem no subtítulo em que os cortes são efectuados pela mão comprida em trunfos, ao arrepio da tendência natural que se traduz por se procurarem efectuar os cortes das perdentes com os trunfos do morto (mão curta em trunfos).

A abordagem ao golpe do MORTO INVERTIDO constituiu a base do artigo anterior. Hoje procurarei sensibilizar os leitores para a técnica a utilizar sempre que uma REDUÇÃO DE TRUNFO seja a manobra adequada para resolver um problema de carteio.

1 – O carteio
1.3 – O carteio em trunfo
1.3.6 – Cortes da mão comprida
1.3.6.2 – A redução de trunfo

Ao tentarmos cumprir determinados contratos em trunfado acontece, com alguma frequência, que um dos ADV detenha uma das figuras de trunfo acompanhada por um tal número de cartas que inviabilize o carteador de poder efectuar o destrunfo sem que, aparentemente, tenha de ceder uma vasa.

Quando tal facto ocorrer não deverão desesperar ou entrar em pânico, pois que existe forma, em determinadas circunstâncias, de ultrapassar o problema, desde que alguns pressupostos se verifiquem como, detalhadamente, iremos demonstrar.

Consideremos a mão:

	♠D3 ♥ARV10 ♦ARV9 ♣1085	
♠7 ♥976 ♦86542 ♣ARD3	N W E S	♠R854 ♥852 ♦D73 ♣D76
	♠AV10962 ♥D43 ♦10 ♣942	

Contrato: 4♠
Saída: A♣

Exposto o morto, o carteador elegeu S como MÃO DE BASE e contabilizou as seguintes perdentes:

3 a ♣ (imediatas)
1 a ♠ (eventual)
—
4 Perdentes

Para cumprir o contrato era HIPÓTESE DE NECESSIDADE que o R♠ se encontrasse em poder de E e nunca mais «fundo» que à terceira, dado que, apenas existindo duas cartas de ♠ no morto, só era materialmente possível efectuar duas passagens, pelo que se estivesse à quarta, o carteador não poderia «apanhá-lo» com uma vulgar manobra de destrunfo. O carteador poderia também equacionar a hipótese do R♠ estar seco em W, situação que apresentava uma tão baixa probabilidade de êxito que levaria qualquer mortal a optar pela captura da régia figura, utilizando a passagem sobre E (50%).

Feita esta análise, durante a pausa que **obrigatoriamente** se deve fazer após a saída, o carteador teve de ceder as três primeiras vasas para o A, o R e a D♣. Na quarta vasa o ADV em W saiu de mão com o 2♦, carta que o carteador obrigou com o R do morto, pois até lhe interessava ficar aí com a mão para poder iniciar o destrunfo, antes que qualquer dos ADV pudesse cortar uma das vasas firmes. Obviamente que jogou a D♠ e, quando viu aparecer o 4 em E, deixou correr para W, fazendo a passagem ao R com sucesso, o que lhe permitiu respirar fundo dado a aparente favorável colocação da figura.

Continuou o destrunfo jogando o 3♠ do morto, mas quando verificou que W baldava o 4♦ sobre o 9♠ da mão amaldiçoou a sua sorte e considerou o contrato inganhável, por lhe parecer impossível «capturar» a figura em E.

Enquanto procurava recompor-se do duro golpe que acabava de sofrer lembrou-se que, há relativamente pouco tempo, tinha lido um artigo sobre uma situação semelhante em que o autor recomendava que o carteador deveria fazer uma redução de trunfo, tentando diminuir o número de trunfos para o mesmo comprimento dos existentes na mão do ADV. Logo se E detinha dois trunfos (R e 8) e ele ainda 4 (AV106) havia, para seguir a panaceia recomendada, que efectuar dois cortes, o que não era difícil desde que jogasse com cuidado, tendo em atenção a distribuição dos ADV, sobretudo daquele onde poderia surgir um incómodo corte (E).

Para efectuar os almejados dois cortes, equalizando em número de trunfos a sua mão com a de E, o carteador precisava de cortar ♦ na mão. Como W deveria ter atacado debaixo do seu naipe comprido (♦), era provável que o ADV à sua direita (E) tivesse três cartas de ♥ na mão. Em consequência deste raciocínio jogou o 3♥ para o 10 do morto e cortou um segundo ♦ na mão. Depois jogou o 4 de ♥ para o V do morto e cortou outro ♦ na mão, chegando à seguinte posição:

	♠-- ♥AR ♦A ♣--	
	N W E S	♠R8 ♥8 ♦-- ♣--
	♠AV ♥D ♦-- ♣--	

Ao entrar no morto no A♥ nada mais lhe restava do que bater uma das cartas (de ♥ ou de ♦) para poder fazer as suas duas ♠ da mão, apanhando finalmente o R de E que, de início, parecia estar a recato de qualquer investida, quanto à sua captura.

A REDUÇÃO DE TRUNFO é uma manobra adequada para contrariar uma situação em que uma figura de trunfo do ADV se encontra suficientemente «funda» para poder ser capturada por uma manobra clássica de destrunfo.

Ao executar a REDUÇÃO DE TRUNFO o carteador deve procurar reduzir a sua mão efectuando tantos cortes quantos os necessários para que o número de trunfos existentes na mão do ADV seja igual aos da sua mão. Antes de a pôr em prática, deve assegurar-se de que dispõe de tantas entradas no morto como o total de cortes que necessita efectuar mais um, pois só assim é que consegue criar uma situação final passível de capturar a figura de trunfo do ADV, como ficou ilustrado no exemplo apresentado.

Quando, ao efectuar a REDUÇÃO DE TRUNFO, se utilizam cartas firmes ou apuradas do morto para efectuar os cortes na mão, a manobra toma a denominação particular de GRANDE GOLPE (GRAND COUP).

A manobra da REDUÇÃO DE TRUNFO tanto pode utilizar-se para capturar a figura de trunfo existente na mão do ADV da direita como na do ADV da esquerda.

Analisemos a mão:

	♠972 ♥874 ♦ARD93 ♣R4	
♠RD3 ♥DV32 ♦107 ♣V853	N W E S	♠V108654 ♥-- ♦V864 ♣1096
	♠A ♥AR10965 ♦52 ♣AD72	

Contrato: 6♥
Saída: R♠

Com a saída parecia ao carteador que o contrato era «de ferro» e que 7♥ era uma possibilidade, a menos que os trunfos estivessem 3/1 ou 4/0 e todos à esquerda (W), situação que o carteador infelizmente constatou quando bateu o A♥!

O experiente carteador não desesperou nem entrou em pânico e formulou a seguinte HIPÓTESE DE NECESSIDADE: «Se conseguir cortar duas ♠ na mão e W detiver 4 cartas de ♣, o contrato é exequível. Tenho que me reduzir em trunfo, eliminar os ♣ e entregar a mão a W, obrigando-o a virar-se para a minha «fourchette» de R10♥.» Se bem o pensou melhor o fez.

Foi ao morto num ♦ e cortou uma ♠. Voltou ao morto noutro ♦ e cortou outra ♠. Bateu o R♣, chegando à posição seguinte:

	♠-- ♥7 ♦A9 ♣--	
♠-- ♥DV3 ♦-- ♣--	N W E S	
	♠-- ♥R109 ♦-- ♣--	

Bastava-lhe agora jogar qualquer das cartas do morto e cortar (cobrir) com o 9♥ da mão, limitando o ADV da esquerda (LHO) a fazer **apenas** uma das cartas de trunfo.

Depois de identificarem que uma mão é adequada à utilização da REDUÇÃO DE TRUNFO, cumpram as regras do número de cortes a efectuar e de cálculo das entradas necessárias, executem o golpe e deixem o ADV cumprimentá-los pelo sucesso obtido...!

Até ao próximo número.

1º CONGRESSO DEMOCRACIA PORTUGUESA